

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER



GIOVANNA CRUZEIRO DE ARAÚJO

Análise Sócio-Ocupacional do Assistente Social no Contexto Legislativo Brasileiro

Brasília/DF

2024

GIOVANNA CRUZEIRO DE ARAÚJO

**ANÁLISE SÓCIO-OCUPACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO
LEGISLATIVO BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade de
Brasília, como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Kênia Augusta Figueiredo

Brasília/DF

2024

GIOVANNA CRUZEIRO DE ARAÚJO

**ANÁLISE SÓCIO-OCUPACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO
LEGISLATIVO BRASILEIRO**

Brasília, 17/02/2025

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade de
Brasília, como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profª Drª Kênia Augusta Figueiredo

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Orientadora: Dra. Kênia Augusta Figueiredo
Departamento de Serviço Social/ SER/UnB

Prof. Dr. Thiago Bazi Brandão
Universidade do Distrito Federal/ UnDF

Profa. Dra. Simone Rocha da Rocha Pires Monteiro-
Departamento de Serviço Social/ SER/UnB

Brasília/DF

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu grande e melhor amigo, Jesus, que tem sido meu companheiro fiel em todas as estações de vida.

Agradeço aos meus pais, Marilda e Francisco, que trilharam caminhos árduos de muito sacrifício para que eu tivesse segurança e pudesse estar aqui e que me impulsionam diariamente com todo amor e afeto. Agradeço ao meu irmão, Arnon, por sempre me incentivar e cuidar de mim, me buscando em dias de chuva, comprando lanches e compartilhando o cotidiano ao meu lado.

Agradeço a minha comunidade de fé da Igreja Batista Vértice e aos meus amigos do Deeper, por me acolherem semanalmente com muita graça e amor, me incentivando a confiar.

Agradeço aos meus amigos do Serviço Social por serem tão companheiros e tornarem a jornada da faculdade mais leve.

Agradeço à toda equipe da Comissão de Direitos Humanos da CLDF, que representam tanto pra mim, são pessoas incríveis que sempre acreditaram em mim. Agradeço de forma especial ao meu supervisor Thiago Bazi por tanto acolhimento, paciência e valiosos aprendizados. Agradeço também às assistentes sociais que me ensinaram e encorajaram cotidianamente, Natália, Kamila e Dani.

Agradeço à minha amiga Karol, que me acompanhou em tantas fases de vida e permaneceu sendo um porto seguro, nos melhores e piores momentos. Agradeço às minhas amigas Inaiá e Inês por todos os momentos juntas que me ajudaram a acreditar mais em mim mesma.

Agradeço aos meus amigos João, Sâmela, Milena e Gabi por tantos anos de amizade e companheirismo que me fortaleceram.

Agradeço aos meus familiares, especialmente tias e primas que tornam a minha vida mais alegre. E de forma ainda mais especial agradeço à minha avó Joaquina, ainda que não esteja mais nesse plano, que me abençoou durante toda a vida com sua fé, carinho e amor. E também à minha avó Maria Batista que foi minha companheira durante anos.

Agradeço às profissionais que generosamente compartilharam seu tempo e experiências durante as entrevistas, suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço especialmente a minha orientadora Prof^o Kênia Augusta por tanta paciência, dedicação e empatia nesse processo que com certeza foi mais leve graças às suas orientações e cuidado.

Agradeço à banca examinadora, composta pela Professora Dr^a Simone Rocha e pelo Professor Dr^o Thiago Bazi, que se dispuseram com tanto empenho e atenção a avaliar esta pesquisa.

RESUMO

Com as transformações da sociedade capitalista, surgem novas demandas e necessidades sociais que exigem a atuação do Estado para além da caridade e da filantropia. Nesse contexto, o Serviço Social começa a se desenvolver, inicialmente marcado por um caráter moralista e conservador. No Brasil, contudo, essa trajetória passa por um processo de ruptura, levando a profissão a assumir um compromisso efetivo com os direitos da classe trabalhadora. O Serviço Social, portanto, constitui-se como uma profissão diretamente ligada ao fortalecimento da cidadania e da democracia, conceitos complexos e historicamente construídos de forma dialética no Brasil. À medida que instituições públicas passam a representar esses princípios, elas também passam a empregar assistentes sociais, o que demanda uma reflexão crítica sobre a natureza e a orientação dessas instituições, bem como sobre a atuação do Serviço Social nesses espaços. Dessa forma, por meio de um resgate histórico sobre a consolidação da sociedade capitalista e a centralidade do trabalho nessa configuração, além de uma análise sobre o desenvolvimento da democracia no Brasil—com ênfase no papel do Poder Legislativo—, este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo explorar a atuação das/dos assistente social nos espaços sócio-ocupacionais do Poder Legislativo brasileiro, com foco na Câmara Legislativa do Distrito Federal e no Senado Federal.

Palavras-chave: Serviço Social; Poder Legislativo; Cidadania; Democracia

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLDF - Câmara Legislativa do Distrito Federal
CF - Constituição Federal
CEAS - Centro de Estudos e Ação Social
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
DC - Desenvolvimento de Comunidade
DF - Distrito Federal
OEA - Organização dos Estados Americanos
ONU - Organização das Nações Unidas
PEC - Projeto de Emenda Constitucional
UCISS - União Católica Internacional de Serviço Social
UPA - União Pan-Americana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. CAPÍTULO 1: TRABALHO E SOCIEDADE: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO	9
1.1 O Trabalho no Capitalismo.....	11
1.2 A Consolidação do Capitalismo.....	15
2. CAPÍTULO 2: O PODER LEGISLATIVO EM PERSPECTIVA: O CAMINHO DA DEMOCRACIA NO BRASIL.....	19
2.1 Cidadania e Democracia no Brasil: A Construção de Direitos e Liberdades ao Longo da História.....	20
2.2 História do Senado Brasileiro: Entre a Representação e o Poder Legislativo.....	26
2.3 A Trajetória da Câmara Legislativa do DF.....	31
3. CAPÍTULO 3: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	34
3.1 As condições de surgimento e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil e na América Latina.....	36
4. CAPÍTULO 4: A/O ASSISTENTE SOCIAL NO LEGISLATIVO BRASILEIRO.....	45
4.1 Resultados da Análise das Entrevistas.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	56

INTRODUÇÃO

A/O assistente social é um profissional inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, sendo uma profissão gestada no capitalismo para atender a necessidade do Estado em responder às demandas da sociedade. O processo sócio-histórico da profissão evidencia uma ruptura com práticas profissionais conservadoras e limitantes, colocando o Serviço Social ao lado da defesa dos direitos dos trabalhadores.

Portanto, estudos sobre os espaços sócio-ocupacionais da/do assistente social são essenciais para entender e gerar conhecimento sobre as contínuas transformações no mundo do trabalho, que impactam de forma direta esses ambientes e marcam a direção das ações profissionais das/dos assistentes sociais conforme as especificidades de cada espaço/instituição.

A autora Iamamoto afirma que a atividade profissional das/dos assistentes sociais admite diferentes processos de trabalho, e que o espaço profissional é um produto histórico e, portanto, este “não pode ser tratado exclusivamente na ótica da demandas já consolidadas socialmente, sendo necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade” (Iamamoto, 2009, p.4). Portanto, esses espaços não são estáticos e isentos de transformações, sendo que, ao longo da história novos espaços surgem e requisitam a atuação especializada de assistentes sociais.

Nesse sentido, as instituições do Legislativo que empregam assistentes sociais possuem suas especificidades de construção histórica e política trazendo estruturas específicas. A história do Brasil é marcada por entraves na consolidação de direitos, tendo dificuldades na construção da cidadania e democracia, ou seja, o poder legislativo por possuir um caráter mais político foi fortemente atacado em momentos de retração da democracia e ainda hoje apresenta diversos desafios e limites nesse aspecto.

Portanto, para entender esses processos o presente trabalho se propõe no primeiro capítulo a discorrer sobre a consolidação da sociedade capitalista e a categoria trabalho nessa sociabilidade. Em seu segundo capítulo o objetivo é refazer o caminho da democracia no Brasil, entendendo mais especificamente o papel do legislativo nesse processo, trazendo ênfase ao Senado Federal e Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Como forma de aprofundar sobre os fundamentos históricos e sociais do Serviço Social como profissão, o capítulo três se dedica a discorrer sobre sua institucionalização. O último

capítulo se concentra em aprofundar reflexões sobre a atuação da/do assistente social no campo legislativo, especialmente no Senado Federal e Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Para os debates teóricos recorreu-se a artigos e livros para fundamentação nos debates relativos à temática. Para as reflexões do capítulo final sobre atuação das profissionais utilizou-se o resultado de entrevistas com assistentes sociais do campo legislativo. As profissionais assinaram um Termo de Consentimento concordando que o conteúdo do estudo tem fins exclusivamente acadêmicos e que os dados obtidos serão divulgados em conformidade com as diretrizes éticas da pesquisa, garantindo a privacidade e proteção dos dados pessoais.

CAPÍTULO 1

TRABALHO E SOCIEDADE: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

O arranjo de doutrinas sociais e econômicas que determinam as prioridades e rumos dados à formulação de agenda e implementação de políticas é perpassada pela estrutura do capital. Uma vez que o capital pode ser caracterizado como uma relação social dada entre os que produzem riqueza e os que se apropriam desta riqueza, e nesta relação existem diversas categorias a serem levadas em consideração como: trabalho, mercadoria, meios de produção, classes sociais, entre outras.

Desta maneira é importante a reflexão de que a sociedade não pode se manter e se reproduzir sem que exista a satisfação das necessidades humanas, e nesse sentido é a atividade econômica a responsável pelo processo de produção e reprodução dos bens essenciais para satisfazer tais necessidades. E na base desta atividade econômica está o trabalho (Netto; Braz, 2006).

O trabalho tem sido elemento central de estudos de inúmeras áreas do conhecimento humano, pode-se dizer, como Iasi (2013) que o trabalho e o ser humano não podem se desprender, já que estão ligados de maneira intrínseca, sendo esse primordial para a existência do ser humano, que em contato com a natureza e transformando-a cria essa possibilidade de se construir uma sociabilidade humana.

A habilidade de imaginar e antecipar, de forma ideal, aquilo que resultará na produção da vida material e na criação das condições necessárias para sua própria existência - produzindo meios para a satisfação das necessidades - confere ao ser humano a natureza de agente histórico e social. Portanto, essa capacidade de idealizar previamente o que será produzido e de atribuir-lhe uma finalidade específica é exclusiva do ser humano. Ao externar e materializar o que foi pensado no mundo das ideias, o ser humano transforma a realidade e se reconhece no objeto

criado. Esse é o processo do trabalho, que sempre visa atender a uma necessidade concreta. Ainda sobre a constituição do ser humano como ser social:

“ [...] o trabalho é capaz de um salto ontológico, criando o ser social, ou seja, faz a passagem do ser natural para o social. O ser social é uma síntese entre objetividade e subjetividade, sendo a práxis o que vai defini-lo.” (Teixeira; Bezerra; Piana, 2018, p.4)

Nesse sentido, o ser humano, ao transformar a natureza e a realidade, transforma-se também, como bem pontua Lessa (1999, p.24) “todo ato de trabalho, sempre voltado para o atendimento de uma necessidade concreta, historicamente determinada, termina por remeter para muito além de si próprio.”

Tal processo não é fixo ou estático e o trabalho não pode ser considerado natural, já que envolve habilidades e conhecimentos e se utiliza de instrumentos para a satisfação dessas necessidades que também estão sempre sujeitas a mudanças, ao surgimento de novas necessidades que exigem novas formas de atendimento e

“O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais (Marx, 1983: 149-150, 153 apud Netto; Braz, 2006 , p.43).”

Mas, esse trabalho que tem como objetivo atender as necessidades humanas, e permitir a reprodução da sociabilidade humana garantindo sua sobrevivência e reprodução, é justamente o trabalho chamado ontológico, aquele que é útil e produz os valores de uso – como bem ressalta Netto e Braz (2006) - nesse sentido, o trabalho ontológico é humanizador e faz parte do desenvolvimento humano.¹

Esse trabalho ontológico fundante em que o homem se reconhece no processo e no produto, faz com que as subjetividades dos seres humanos sejam respeitadas, permitindo com que cada pessoa demonstre suas potencialidades e capacidades, tendo sua criatividade e o conhecimento do homem valorizados.

¹ Nesse sentido, Lessa argumenta que “[...] todo ato de trabalho resulta em consequências que não se limitam à sua finalidade imediata. Ele também possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas, das forças produtivas, das relações sociais, de modo que a sociedade se torna cada vez mais desenvolvida e complexa. É este rico, contraditório e complexo processo que, fundado pelo trabalho, termina dando origem a relações entre os homens que não mais se limitam ao trabalho enquanto tal, que é denominado de reprodução. (Lessa, 1999, p. 6)”

Todavia, com o advento da sociedade capitalista, e a primazia da mercadoria e do valor de troca, esse trabalho torna-se alienado e abstrato (trabalho assalariado), já que agora o principal objetivo é a acumulação – por parte da burguesia e daqueles que possuem os meios de produção -. O trabalho não deixa de ter a dimensão ontológica com vistas a atender as necessidades humanas, contudo, não é mais a razão principal, já que no capitalismo o trabalho é submetido por várias vias e métodos da burguesia aos interesses do próprio capital.

Ou seja, nessa sociedade a mercadoria está acima de todas as outras coisas, tornando a vida extremamente fetichizada e guiada por ideologias e morais que passam a determinar todo nosso complexo social. A mercadoria passa a ser regida por essas “leis” próprias, logo, o trabalhador não consegue mais se enxergar no fruto do seu trabalho e é nesse momento que ocorre o estranhamento e distanciamento do objeto. Portanto, para compreender as categorias de alienação e estranhamento é necessário retomar os estudos da Economia Política para assimilar de que forma se dava o trabalho e as categorias a ele atreladas na sociedade pré-capitalista.

1.1 O Trabalho no Capitalismo

Nas primeiras sociedades, chamadas de sociedades primitivas, os seres humanos sobreviviam com uma carência generalizada de insumos, recursos e instrumentos, consumindo de forma imediata o necessário para a sobrevivência, portanto sem se vincular a um território - nomadismo -. Com importantes transformações como: o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, a domesticação de animais e a agricultura, essa sociedade começou a produzir mais bens do que as necessidades imediatas de sobrevivência exigiam, ou seja, neste momento começa a surgir o excedente econômico.²

Portanto, ao surgir a capacidade de produzir mais do que o necessário para atender às necessidades imediatas, também emerge a possibilidade de acumular esses produtos do trabalho. Isso cria uma dinâmica: a exploração do trabalho humano, transformando assim a comunidade primitiva em uma sociedade baseada no escravismo. Portanto, o escravismo introduziu

² “O excedente econômico – que alguns economistas designam simplesmente como excedente –, “na definição mais breve possível, é a diferença entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção. O volume do excedente é um índice de produtividade e riqueza [...]” (Baran e Sweezy, 1974: 19 apud Netto; Braz, 2006, p.38).

“a propriedade privada dos meios fundamentais de produção e a exploração do homem pelo homem, diversificou a produção de bens e, com o incremento da produção de mercadorias (produção mercantil), estimulou o comércio entre distintas sociedades.” (Netto; Braz, 2006, p.45)

A sociedade escravista foi fortemente fundamentada em justificativas econômicas, já que a escravidão sustentou a economia de grande parte dos principais países capitalistas, além de ideologias racistas que viam os povos africanos como inferiores e "primitivos", justificando, assim, a necessidade do processo de "civilização". Os escravizados eram considerados mercadorias e objetos, sofrendo uma profunda desumanização, sendo submetidos a violências e castigos como forma de controle.

Após um período de transição passou-se do escravismo para o modo de produção feudal - o que não significa de maneira alguma que a produção escravista deixou de existir -. O feudalismo constituiu-se em um modo de produção em que os feudos - que eram porções de terra - pertenciam aos nobres (senhores) que subordinavam os camponeses (servos) à produção na terra. Estes últimos retiravam seu sustento do que era produzido e pagavam inúmeros tributos e dízimos exigidos pela Igreja. Diferente da relação que existia no escravismo, ao feudalismo “[..] a relação entre o servo e senhor feudal implicava formalmente uma série de compromissos mútuos – a prestação de serviços pelos servos, a proteção da vida do servo pelo senhor.” (Netto; Braz, 2006, p.47)

A sociedade feudal começa a se complexificar especialmente com a organização dos artesãos e comerciantes que, com as rotas comerciais para o Oriente tem seu trabalho mais dinamizado, destacando-se as atividades comerciais e colocando em risco o modelo feudal que mantinha os camponeses “presos à terra” e o servos como uma classe parasitária. Nessa transição que marca o declínio do Antigo Regime, o desenvolvimento do comércio, atrelado à troca de mercadoria por dinheiro, a classe dos comerciantes/mercadores começa a ganhar grande relevância social - destes surgem o que a partir do século XVI constituirá a burguesia -, trazendo para a cena o objetivo principal da classe: o lucro. Martinelli (2000) discorre que as relações no campo começam a ser invadidas pela relação comercial, complexificando essa sociedade feudal que agora é introduzida à acumulação de riqueza e lucro.

Esse período do capitalismo, no qual a burguesia assume o papel de protagonista nos principais setores produtivos, é denominado capitalismo comercial ou mercantil. Ele é marcado

pela característica revolucionária já mencionada, em que a rigidez, o "engessamento" e os privilégios da sociedade feudal foram questionados. Esse processo de crise do feudalismo culmina na Revolução Burguesa, um momento histórico que dá origem ao chamado mundo moderno (Netto; Braz, 2006). Há um deslocamento dos centros de poder dos feudos para os burgos e sobre esse período Engels (1972:115 apud Martinelli, 2000, p.37) afirma que a "revolução das condições econômicas da vida social" não foi seguida por uma mudança correspondente na estrutura política. Enquanto a sociedade tornava-se cada vez mais burguesa, a ordem política continuou sendo feudal.

Portanto, a contradição existente entre essa burguesia emergente e a nobreza resultou na Revolução Burguesa de 1789.³ Esse Estado absolutista que inicialmente conseguiu defender os interesses dessa classe mercantil, passou então a ser um entrave para seu desenvolvimento. Com a ascensão desse Estado burguês em que a mercadoria é o centro da economia e a burguesia é uma das classes fundamentais, o modo de produção capitalista é o que mais reforça o objetivo burguês e mercantil de acumulação e lucro.

Nesse sentido, o tema da mercadoria é um elemento central para a compreensão dos fundamentos da sociedade capitalista e do modo de produção capitalista, pois se trata de um objeto externo ao homem para satisfazer necessidades humanas. E esta só é considerada mercadoria quando pode satisfazer as necessidades de outros através da troca/venda. Além disso, são condições substanciais para a produção de mercadorias: a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção.

Na produção mercantil capitalista, os lucros do capitalista — aquele que detém os meios de produção — provêm da exploração do trabalho. Embora não seja o trabalhador, ele adquire a força de trabalho por meio do salário, e é essa força de trabalho que produzirá as mercadorias nos meios de produção que lhe pertencem. Portanto, "o que especifica a produção mercantil capitalista é o fato de ela se fundar sobre o trabalho assalariado" (Netto; Braz, 2006, p.58).

Nesse ponto podemos retomar as afirmações feitas anteriormente, reforçando que, na sociedade capitalista, passa a existir uma inversão: a criatura (mercadoria) passa a subordinar o

³ Conhecida também como Revolução Francesa, foi um evento histórico com profundas consequências tanto para a França quanto para o mundo, modificando profundamente as estruturas políticas, sociais e econômicas e influenciando o desenvolvimento das sociedades contemporâneas.

criador (homens). Esse é o processo chamado de fetichismo da mercadoria, processo em que os homens não são capazes de reconhecer o seu trabalho no processo de produção, portanto, as relações sociais se parecem mais com relações entre coisas, já que os homens só conseguem reconhecer sua interdependência com os outros produtores no processo de compra e venda, ou seja, há um domínio total dessa relação mercantil: as relações sociais se mostram como relações entre mercadorias. Existe, portanto, uma coisificação das relações, já que o trabalho se torna alienado em todo seu processo, dominando o trabalhador, que precisa vender sua força de trabalho - gerando lucros para o capitalista, já que este se apropria da mais-valia: as horas de trabalho excedentes.

Portanto, pensando sobre a construção dessa identidade e as características do trabalho, a classe trabalhadora passou:

“de camponês a “tecelão agrícola”, daí para tecelão e em seguida para trabalhador assalariado, esta classe empobrecida de camponeses, pequenos produtores e artesãos assalariados não teve como escapar das malhas da oligarquia burguesa, despontando já na segunda metade do século XVI como trabalhadores assalariados [...]” (Martinelli, 2000, p. 32)

Luxemburgo (1970, p.145) ao expor a realidade da Inglaterra no período, relata que o trabalhador assalariado não tem um ofício, mas “percebe simplesmente um salário, e, como esse salário não é uniforme em todas as épocas, quase todos os anos se vê forçado a pedir esmola do fundo dos pobres”. E discorre que essa agudização do empobrecimento proletário decorre da exploração do trabalho, e da apropriação das horas excedentes considerando o lucro do empresário como roubo ao operário, já que a quantidade de valor que o trabalhador produz em sua jornada de trabalho supera, e muito, a quantidade de valor que ele recebe.

O capitalista trata a força de trabalho da mesma forma que trata todas as outras mercadorias, buscando comprá-la pelo menor preço possível e por isso, utiliza diversos meios para ampliar sua apropriação da mais-valia, seja através da extensão da jornada de trabalho - mais-valia absoluta-, seja por estratégias e inovações tecnológicas que reduzem o tempo de trabalho socialmente necessário - mais valia relativa -, aumentando assim o trabalho excedente e a pauperização do proletariado.⁴

⁴ Os trabalhadores experimentam, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de pauperização que decorrem necessariamente da essência exploradora da ordem do capital. A pauperização pode ser absoluta ou relativa. A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo

1.2 A consolidação do capitalismo

Nesse sentido, não há unanimidade ao se pensar o início do capitalismo, já que torna-se complexo ao considerarmos que já nas sociedades antigas e medievais existiam formas de trocas monetárias que visavam o lucro. Contudo, Martinelli (2000) aponta que podemos marcar como ponto crucial a segunda metade do século XVI, especialmente considerando a Europa Ocidental - e mais especificamente a Inglaterra. A existência de uma força de trabalho assalariada e livre simbolizava uma forma da burguesia obter lucro, especialmente amparada pelas legislações da época, que permitiam aliciar compulsoriamente a mão-de-obra, obrigando esses trabalhadores a se submeter a condições extremas de trabalho.

É então no período entre o século XVII ao XIX que se tem a construção de uma sociedade capitalista, período este em que Revoluções como a Inglesa e Francesa marcaram a história com transformações revolucionárias, Martinelli (2000, p.34) chega a afirmar que a “Revolução Francesa que realiza no plano político o trânsito para o capitalismo”. O desenvolvimento da Revolução Industrial é também um importante elemento na consolidação dessa nova fase do capitalismo, chamada de capitalismo concorrencial, que passa a concentrar, agora, os trabalhadores na fábrica e a propiciar o surgimento das cidades industriais, já que a população operária que trabalhava nas indústrias começa a viver nas proximidades.

A Revolução Industrial foi em grande parte financiada pelas riquezas acumuladas com o tráfico negreiro e com o comércio triangular entre Grã-Bretanha, África e Américas - com a troca de escravizados por produtos coloniais como açúcar, tabaco e algodão -. O capital acumulado com essas atividades foi fortemente investido nas indústrias (Williams, 2012), considerando que:

“Durante séculos, os capitalistas comportaram-se no mundo subdesenvolvido como verdadeiros criminosos de guerra. As deportações, os massacres, o trabalho forçado, a escravidão, foram os principais meios utilizados pelo capitalismo para aumentar as suas reservas em ouro e em diamantes, as suas riquezas e para estabelecer o seu poder.” (Fanon, 1968, p.79)

Nesse sentido é que o historiador Eric Williams (2012) em seus estudos sobre a relação entre escravismo e capitalismo, ressalta como a exploração da mão de obra escravizada africana foi fundamental para o desenvolvimento e avanço do capitalismo britânico. Portanto, essa fase industrial é a que as bases estruturais capitalistas começam a se consolidar, em que toda a

de trabalho, aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas (Netto; Braz, 2006, p.81)

atividade econômica e social se submetia às leis gerais de acumulação capitalista, especialmente o processo de trabalho ⁵. Além de trazer para a cena econômica grandes possibilidades de negócios, estabelecendo uma economia mundial:

“[...] de fato, durante a vigência do capitalismo concorrencial, estabeleceu-se o que, no estágio subsequente do capitalismo, haverá de consolidar-se e desenvolver-se: um sistema econômico internacional – mais exatamente: uma economia mundial” (Netto; Braz, 2006, p. 103)

Neste período, a consciência de classe dos trabalhadores torna-se mais evidente e se fortalece. Embora já existissem movimentos e revoltas antes do surgimento do capitalismo concorrencial, as mudanças no modo de produção e na estrutura social exigiram que os operários se organizassem de forma mais consciente. Eles precisaram entender como suas lutas poderiam se fortalecer diante das novas condições de trabalho e das transformações na sociedade. A medida que a organização do proletariado avançava em suas ações e consciência de compreender o profundo antagonismo entre as duas classes principais, a luta de classes atinge um novo nível com o surgimento de movimentos como o Ludismo, em que os trabalhadores se voltaram contra as máquinas destruindo-as e o Cartismo que lutava pela aprovação da Carta do Povo⁶, dispositivo que estabeleceu objetivos em favor da classe trabalhadora.

É importante enfatizar que todo esse processo histórico de surgimento e consolidação do capitalismo é permeado de violência e dominação, escancarando a barbárie e as contradições existentes, Lukács (1974, p.66) reflete que “as próprias condições indispensáveis à afirmação dos interesses de classe são, com frequência, criadas por intermédio da violência mais brutal”, e por isso a radicalidade nos primeiros protestos operários foi uma resposta inevitável à brutalidade da exploração capitalista (Netto; Braz, 2006)

A relação fundamental da sociedade capitalista é a relação entre a burguesia, que detém a propriedade privada dos meios de produção, e o proletariado, que, ao ser privado desses meios, precisa vender sua força de trabalho para sobreviver, evidenciando a necessidade do capital em manter a exploração da força de trabalho para obtenção de lucro, e Lukács (1974,

⁵ “Quando o processo de trabalho está subordinado realmente ao capital, quando o trabalhador perde o controle desse processo, o capital encontra as melhores condições para incrementar a produção do excedente – vale dizer, a subsunção real do trabalho ao capital propicia a este último potencializar a extração de mais-valia” (Netto; Braz, 2006, p.78)

⁶ “Em 8 de maio de 1838, a Associação Geral dos Trabalhadores de Londres, através de uma comissão liderada por William Lovett, redigiu um importante documento, denominado Carta do Povo, no qual firmava sua condição de oposição à burguesia” (Martinelli, 2000, p.48).

p.73) explica que o “interesse econômico de classe, como motor da história, só apareceu em toda a sua pureza com o advento do capitalismo.”

O acirramento da luta de classes é inevitável no capitalismo, considerando que este através de suas estratégias reforça as contradições inerentes ao sistema. Gramsci entendia que além do uso da força, a classe dominante utiliza de uma luta ideológica para manter sua hegemonia.

“Obter e manter seu poder sobre a sociedade pelo controle que mantém sobre os meios de produção econômicos e sobre os instrumentos de repressão, mas, principalmente, por sua capacidade de produzir e organizar o consenso e a direção política, intelectual e moral dessa sociedade. A hegemonia é, ao mesmo tempo, direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social” (Acanda, 2006, p. 178).

E esse foi um período em que a máquina do capital - representada aqui pelo Estado burguês ⁷ - necessitava profundamente da mão-de-obra trabalhadora, portanto, considerando os evidentes antagonismos e contradições entre as classes, além da própria luta dos trabalhadores, a burguesia precisava encontrar maneiras de lidar com a emergente “questão social”⁸ posta considerando esta como “[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político” (Iamamoto; Carvalho, 2006, p.77). A classe burguesa então, com o objetivo de manter as condições necessárias para sua acumulação, passa a “defender reformas sociais que reduzissem os efeitos da exploração sobre os trabalhadores” (Netto; Braz, 2006, p. 103).

Com o fortalecimento das alianças capitalistas através da ascensão do Capitalismo Monopolista⁹, começavam a se agudizar as expressões da “questão social” e as manifestações

⁷ Mencionamos a ausência de garantias aos trabalhadores – realmente, eles estavam à mercê do patronato, uma vez que o Estado, nas mãos dos capitalistas (ou de seus representantes políticos), atendia praticamente apenas aos interesses do capital. (Netto; Braz, 2006, p.120)

⁸ A “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliadamente. Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho –, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos.” (Iamamoto, 2008, p. 119)

⁹ O capitalismo, nos últimos anos do século XIX, ingressa no estágio imperialista, em que o capital financeiro desempenha papel decisivo. Nesse estágio, chamado simplesmente de imperialismo, a forma empresarial típica será a monopolista (e, por isso, alguns autores denominam-no capitalismo monopolista), sem que ela elimine as pequenas e médias empresas; de fato, estas subsistirão e até mesmo poderão se multiplicar, mas agora inteiramente subordinadas às pressões monopolistas. (Netto; Braz, 2006, p.125)

operárias, tensionando de maneira mais acentuada as contradições entre capital x trabalho, na medida em que o capitalismo se fortalecia com estratégias de crescimento, aumentava também a miséria e a pobreza.

Ações pautadas na caridade e na filantropia já existiam e eram tratadas desde a Antiguidade, e no âmbito da Igreja difundida através dos pensamentos sobre justiça social, na Revolução Francesa a assistência foi colocada como obrigação de todos. Nesse sentido, não existia uma racionalização dessas ações que ficavam à mercê da sociedade. Portanto, era necessário criar estratégias para lidar com a crescente pobreza, e com o grande número de operários vivendo nas cidades, de modo a controlar e “apaziguar” os “problemas” da classe trabalhadora, problemas esses que interferiram no processo de produção e consequentemente na máquina capitalista de lucro.

CAPÍTULO 2

O PODER LEGISLATIVO EM PERSPECTIVA: O CAMINHO DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Com a complexificação das expressões da “questão social” que se renovam e se atualizam a depender do estágio do capitalismo e sua conjuntura, o Estado passa a se diversificar também em suas formas de respondê-las, ou seja, quais instrumentos serão usados para lidar com essas expressões que estão se tornando cada vez mais desafiadoras, exigindo também respostas mais elaboradas?

É nesse sentido que o Estado, através de seus Poderes e instituições passa a diversificar sua forma de intervenção na realidade social, entendendo a questão social como elemento indissociável da sociabilidade capitalista

Nesse sentido, é importante considerar que o campo do Legislativo se difere em vários aspectos dos outros Poderes, especialmente por ser profundamente influenciado e afetado pela política, enquanto os outros Poderes, apesar de também receberem esta influência, se mantêm de forma mais técnica e burocrática. Por isso, ao considerar tanto as funções e atribuições da/do assistente social quanto dos órgãos do legislativo, é importante ressaltar o debate feito por Yamamoto (2009) sobre como os espaços ocupacionais apresentam elementos que simultaneamente mantêm e questionam a ordem existente, explicitando então as mesmas dimensões no trabalho da/do assistente social.

Portanto, ao se pensar na consolidação do Legislativo, é essencial uma prévia discussão sobre democracia, já que as casas legislativas são importantes expressões da representação democrática da sociedade. Consideramos, então, a perspectiva de Coutinho (2018) ao afirmar que a democracia é “a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social” (Coutinho, 2018, p.187) e entendendo também a relação entre Democracia e Cidadania:

“a democracia - é precisamente o conceito de cidadania. Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado” (Coutinho, 2018, p.188).

Nesse sentido, retomar a história de construção de consolidação dessas instituições possibilita a análise e observação da relação histórica de suas atribuições com a democracia e a cidadania.

2.1 Cidadania e Democracia no Brasil: A Construção de Direitos e Liberdades ao Longo da História

A estrutura e a formação da sociedade brasileira foi e é fortemente marcada pela herança colonial, considerando os três séculos (1500 - 1822) de existência como colônia de Portugal. Por sua localização geográfica favorável e ambições comerciais, especialmente, Portugal se destacou em sua expansão marítima, sendo esta essencial para o fortalecimento do Estado, considerando que: “nas condições da época, era o Estado, ou mais propriamente a Coroa, quem podia se transformar em um grande empreendedor, se alcançasse as condições de força e estabilidade para tanto.” (Fausto, 2006, p.35). As principais atividades econômicas coloniais - extração do pau-brasil, produção de açúcar, algodão, fumo, etc - tiveram como base a mão de obra escrava e grandes propriedades que pertenciam a classes ligadas à Coroa como comerciantes, pequena nobreza, entre outros. A escravidão, inicialmente indígena¹⁰ e posteriormente africana foi a sustentação da economia e da sociedade colonial, “a escravidão penetrava em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desvãos da sociedade: a sociedade colonial era escravista de alto a baixo (Carvalho, 2018, p.26):

“A escravidão foi uma instituição nacional. Penetrou toda a sociedade, condicionando seu modo de agir e de pensar. O desejo de ser dono de escravos, o esforço por obtê-los ia da classe dominante ao modesto artesão branco das cidades. Houve senhores de engenho e proprietários de minas com centenas de escravos, pequenos lavradores com dois ou três, lares domésticos, nas cidades, com apenas um escravo” (Fausto, 2006, p.71)

Com a intensificação da mineração, intensificou-se a mão de obra escrava, com condições absolutamente desumanas - desde a travessia nos navios¹¹ -, trabalho extremamente penoso e inúmeras doenças, reduzindo drasticamente a estimativa de vida dos escravizados, escancarando a barbárie e desumanização da sociedade escravocrata. Portanto, esta é uma primeira questão

¹⁰ “O efeito imediato da conquista foi a dominação e o extermínio, pela guerra, pela escravização e pela doença, de milhões de indígenas. (Carvalho, 2018, p.24)”

¹¹ “[...] grande mortandade a bordo dos navios que faziam o transporte. Mal alimentados, acumulados de forma a haver um máximo de aproveitamento de espaço, suportando longas semanas de confinamento e as piores condições higiênicas, somente uma parte dos cativos alcançavam seu destino. Calcula-se que, em média, apenas 50% chegavam com vida ao Brasil; e destes, muitos estropiados e inutilizados.” (Prado Júnior, 2012, p.37)

importante ao se pensar a construção da cidadania, já que do início da colônia em 1500 até a abolição formal da escravidão em 1888 foram quase quatro séculos de perpetuação dessa relação social e econômica violenta, racista e perversa, logo, o escravismo moldou uma sociedade de naturalização das desigualdades, da negação de direitos e da exclusão no exercício da cidadania, já que até mesmo a humanidade do escravizado era questionada, Fanon (2008, p.93) ao discutir sobre a chegada do branco em Madagascar escancara a realidade da colonização:

“Se ele é malgaxe¹², é porque o branco chegou, e se, em um dado momento da sua história, ele foi levado a se questionar se era ou não um homem, é que lhe contestavam sua humanidade. Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, “que sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo”.

Outra característica que impactou e ainda é profundamente engendrada nas relações econômicas, sociais e políticas do Brasil é a “grande propriedade” que acirrou e sustentou o poder coronelista, ainda muito aliado ao escravismo, sendo este também uma marca da construção da cidadania brasileira, já que

“o coronelismo não era apenas um obstáculo ao livre exercício dos direitos políticos. Ou melhor, ele impedia a participação política porque antes negava os direitos civis. Nas fazendas, imperava a lei do coronel, criada por ele, executada por ele. Seus trabalhadores e dependentes não eram cidadãos do Estado brasileiro, eram súditos dele.” (Carvalho, 2018, p.61)

Considerando o emaranhado nas decisões, que eram compartilhadas pela Igreja, pelos grandes proprietários e pelo Estado, a realidade é que não existia um poder efetivamente público e que garantisse direitos, não existia uma sociedade que reconhecesse cidadãos (Carvalho, 2018).

Mesmo que a Coroa tentasse manter essa estrutura e reforçar o poder do Estado absolutista, existiram importantes manifestações populares, que se opunham ao sistema colonial de opressão e profunda desigualdade. Pode-se citar como exemplo uma das primeiras de caráter mais popular, contando com escravizados e artesãos, a Conjuração Baiana - ou Revolta dos Alfaiates - que aconteceu no final do século XVIII, e foi fortemente influenciada pelos ideais da Revolução Francesa de igualdade, liberdade e fraternidade, lutava pela independência da Bahia do domínio de Portugal e a instauração de uma República Democrática, o movimento foi fortemente reprimido e punido, com seus líderes sendo mortos de maneiras brutais. Outras

¹² Habitante nativo de Madagascar, país situado perto da costa sudeste do continente Africano.

importantes manifestações foram a Inconfidência Mineira de 1789 e a Revolução de 1817 de Pernambuco, contudo

“As rebeliões que trouxessem qualquer sombra de inconformismos e reivindicações populares foram abafadas, com extrema violência sob a justificativa da necessidade de se adestrar um povo “desordeiro e selvagem” desagregando e desorganizando seus movimentos, de forma a se plasmar um cenário em que se tornava possível argumentar a aparência (construída) de um povo “passivo e apolítico”, tendente ao conformismo e à conciliação [...]” (Barboza, 2015, p.40)

O processo de Independência do Brasil é apontado como um movimento das elites brasileiras, tendo poucos conflitos e participação popular, tendo sido a negociação entre: a coroa portuguesa, a elite nacional e a Inglaterra a característica política predominante da independência (Carvalho, 2018; Fausto, 2006). Portanto, a estrutura monárquica - mesmo que fosse uma monarquia constitucional - e os aspectos da sociedade colonial permaneciam, especialmente no que diz respeito a escravidão.¹³, propiciando a “perpetuação de valores tradicionais elitistas, antidemocráticos e autoritários, bem como a sobrevivência de estruturas de mando que implicaram na marginalização de amplos setores da população” (Barboza, 2015, p. 40). Essa nova nação independente teve diversos desafios e contradições ao herdar estruturas políticas, administrativas, sociais e econômicas coloniais:

“Não era evidentemente possível governar e administrar um nação independente e soberana, prenhe de necessidades até então não atendidas, com o rudimentar aparelhamento administrativo da colônia, onde a justiça era um mito, a ordem legal precária, as forças armadas reduzidas e sem organização eficiente, a saúde pública, a instrução, os serviços de fomento quase nulos, as relações externas inexistentes. Foi preciso criar tudo isto ou desenvolver o existente; e em meio de agitações internas e guerras externas (em 1826 o Brasil teve de enfrentar as Províncias Unidas), que drenavam fortemente as finanças do Estado.” (Prado Júnior, 2012, p.138)

No entanto, a nova estrutura constitucionalista trouxe a necessidade de representação através de votos e a separação dos poderes políticos. Então, a Constituição de 1824 que vigorou até o fim do período monárquico estabeleceu a separação dos três poderes: Executivo, Legislativo (composto pelo Senado e Câmara) e Judiciário - tendo acrescentado o Moderador como resquício absolutista - e estabelecido que tinham direito a voto os homens de 25 ou mais

¹³ Implantou-se um governo ao estilo das monarquias constitucionais e representativas europeias. Mas não se tocou na escravidão, apesar da pressão inglesa para aboli-la ou, pelo menos, para interromper o tráfico de escravos. Com todo o seu liberalismo, a Constituição ignorou a escravidão, como se ela não existisse. Aliás, como vimos, nem a revolta Republicana de 1817 ousou propor a libertação dos escravos. Assim, apesar de constituir um avanço no que se refere aos direitos políticos, a independência, feita com a manutenção da escravidão, trazia em si grandes limitações aos direitos civis. (Carvalho, 2018, p.34)

anos que tivessem uma renda mínima de 100 mil réis ao ano, sendo este direito vedado às mulheres e aos escravizados.¹⁴ Esse foi um estabelecimento formal do voto, já que de forma efetiva ocorriam muitas fraudes e manipulações para manter os chefes políticos no poder, com ameaças e violências aos votantes. E com o poder Moderador em vigor, o Legislativo era um poder extremamente limitado, já que dava ao Imperador poder de livre escolha dos ministros de Estado sem influência dos representantes do poder Legislativo.

Em 1881 o voto deixou de ser indireto e passou a ser direto, mas aumentou a renda mínima para 200 mil réis e excluiu os analfabetos, tendo reduzido drasticamente o eleitorado, sendo então um grave retrocesso em relação à Constituição de 1824 e que foi mantido com a Proclamação da República em 1889. Com a mesma estrutura excludente, as características de: manipulação, compra de voto, controle dos eleitores, etc, eram mantidas e contribuíram para a dominação de grandes oligarquias políticas durante a República Velha (Fausto, 2006), e “nesse paraíso das oligarquias, as práticas eleitorais fraudulentas não podiam desaparecer” (Carvalho, 2018, p.47). Há a ênfase em militares como figuras políticas, reforçando ainda mais a violência que já permeava todo o processo eleitoral:

“Além disto, o caráter nitidamente militar do golpe republicano de 15 de novembro de 1889 introduziu na política do país um novo elemento que antes não figurava nela senão muito discretamente: a espada. Ele representará daí por diante um papel de grande relevo. O militar político tornar-se-á um dos personagens centrais do novo regime, e o apelo às armas se faz, em consequência, frequente.” (Prado Júnior, 2012, p.218) .

Portanto, com o coronelismo e todas as estratégias de controle, o Legislativo brasileiro continuou a ser dominado pelas oligarquias, mantendo a dominação política dessa classe e impondo barreiras para uma participação popular em que fossem eleitos representantes verdadeira e efetivamente votados pela maioria da população, o que tornava-se praticamente impossível ao se considerar o número extremamente reduzidos de cidadãos que votavam e todos os procedimentos fraudulentos das eleições, sobre processo corrupto como forma de manter no poder a elite agrária reforçando a debilidade da democracia brasileira:

“A velha oligarquia agrária, dos proprietários de terras e de escravos, foi, aqui, uma das protagonistas da via não clássica de nossa transformação

¹⁴ A eleição era indireta, feita em dois turnos. No primeiro, os votantes escolhiam os eleitores, na proporção de um eleitor para cada 100 domicílios. Os eleitores, que deviam ter renda de 200 mil-réis, elegiam os deputados e senadores. Os senadores eram eleitos em lista tríplice, da qual o imperador escolhia o candidato de sua preferência. Os senadores eram vitalícios, os deputados tinham mandato de quatro anos, a não ser que a Câmara fosse dissolvida antes. Nos municípios, os vereadores e juizes de paz eram eleitos pelos votantes em um só turno. Os presidentes de província eram de nomeação do governo central. (Carvalho, 2018, p.36)

capitalista, modernizando-se e recompondo-se economicamente, refazendo alianças para se manter no bloco de poder e influenciando decisivamente as bases conservadoras da dominação burguesa. Nestes marcos, a restrição da participação do poder político às forças populares assumia um caráter, por parte das elites dominantes, de uma “sequência natural” para uma formação econômico-social cuja marca determinante, ao longo de mais de trezentos anos, era o elemento escravista. São estas condições que possibilitam que parte significativa da vida republicana no Brasil se configure como um contínuo reiterar de formas autoritárias de resolução do antagonismo de classe, “pinceladas” com alguns poucos interstícios democráticos pouco substantivos” (Barboza, 2015, p.38)

Já com a chegada de Getúlio Vargas ao poder através da Revolução de 30 que depôs o então presidente paulista Washington Luís, o país passou por diversas mudanças políticas, sociais e econômicas, simbolizando a ruptura com a República Velha. Foi um período em que as manifestações populares também tiveram sua ascensão, podemos refletir sobre a importância do movimento sufragista para a instauração do Código Eleitoral em 1932, que não mais restringia o direito ao voto para mulheres e em 1934 com a Constituição que estabeleceu o voto feminino como um direito constitucional. Outras mudanças foram a instauração do voto secreto e da justiça eleitoral como forma de fiscalizar as eleições.

Tais processos foram envoltos em contradições, considerando que a Era Vargas passou por verdadeiras instabilidades políticas, intercalando entre governos ditatoriais e democráticos. Com um golpe que instaurou o Estado Novo em 1937, políticos contrários ao governo foram destituídos e o Congresso Nacional foi fechado, reduzindo o poder legislativo e trazendo ênfase ao poder Executivo, especialmente através da instituição de direitos sociais, com destaque para as Legislações Trabalhistas e ampliação das Caixas de Aposentadoria e Pensão, escancarando o caráter contraditório das ações, já que estas foram executadas em um período autoritário e de extremo controle sobre os sindicatos, e excluindo do sistema parcela significativa dos trabalhadores. As “conquistas democráticas” do período de 1930 a 1937, e a instauração do regime autoritário do Estado Novo

“veio acompanhada, nos intelectuais do regime, a classificação do mesmo como “um novo tipo de democracia”, “adequada” às necessidades da sociedade brasileira: uma democracia sem povo, sem eleições e eleitores, pela via autoritária-elitista a partir do Estado centralizado, cuja “mão de ferro” saberia guiar os passos da nacionalidade para o engrandecimento do Brasil. (Barboza, 2015, p.42)

Algumas literaturas entendem o período de 1945 a 1964 como a primeira experiência democrática de fato na história do Brasil, e apontam a influência varguista durante toda a época, é também o período em que segundo Fernandes (1976) apud Barboza (2015, p.43) “se

completará a revolução burguesa e constituição do capitalismo no Brasil.” As características populistas e nacionalistas da Era Vargas marcaram o período com as propagandas em cima das Leis Trabalhistas, colocando Vargas como “pai dos pobres”, e a criação da Petrobras com o monopólio estatal do petróleo trouxe agitação popular, tornando-se um símbolo nacionalista.¹⁵ Em 1955, o governo de Juscelino Kubitschek foi marcado pelo intenso desenvolvimentismo e industrialização, além de ter sido um governo com postura conciliatória frente à oposição, buscando uma estabilidade política, Mirian Limoeiro Cardoso (1978) apud Barboza (2015, p.44) afirma que essa busca pelo desenvolvimento é indissociável da ordem capitalista, reforçando, na verdade, a condição capitalista dependente.

Apesar do avanço representado pela Constituição de 1946, ainda havia muitas limitações, especialmente em relação aos direitos políticos, como a exclusão dos analfabetos do direito de voto, o que resultava em uma população eleitoral extremamente reduzida quando comparada ao total de brasileiros com mais de 18 anos. A perspectiva colonial dos “currais” eleitorais, da compra de votos e da fraude ainda era muito presente nos períodos eleitorais brasileiros, expondo uma continuidade de uma democracia extremamente frágil e limitada.

O que se tornou ainda mais evidente com o período ditatorial militar que teve início em 1964, representando um retrocesso à democracia e cidadania com expressiva restrição de direitos através da violência e repressão, sendo marcado pela perseguição política, tortura e censura, sendo que

“o caráter de simulacro do simulacro desta democracia vulgar é tão funcional aos interesses das classes dominantes que, ao instaurarem a ditadura, a partir de 1964, com o suporte da “Doutrina de Segurança Nacional”, os militares a invocam sobre o pretexto de “purificar a democracia de seus elementos subversivos”. (Barboza, 2015, p. 44)

Através de um golpe civil-militar contra o então presidente João Goulart, deu início a ditadura militar em 1964, tendo como forte característica a utilização de “atos institucionais” para sustentar as decisões autoritárias. Durante o período militar, não houveram eleições, ou seja, não houve nenhum tipo de participação popular na escolha, na verdade, existia uma grande centralização no poder dos militares, que, especialmente através dos atos institucionais atuavam através de repressão,

¹⁵ Considerado por muitos como o período “efetivamente democrático”, esta democracia se realizará sob as bases de um cenário considerado pela historiografia brasileira como o auge do populismo, como poder ideológico de Estado, garantindo a transição da hegemonia da burguesia cafeeira para a burguesia industrial.(Barboza, 2015, p. 43)

“Os Atos eram fundamentais para a afirmação do caráter tutelar do Estado, estruturado a partir de um regime autoritário que não queria personalizar o exercício do poder político, sob o risco de perder o seu caráter propriamente militar. Para que o Exército pudesse exercer diretamente o mando político e manter alguma unidade, fundamental no processo que se acreditava em curso, era preciso rotinizar a autocracia e despersonalizar o poder. A autoridade do presidente, figura fundamental neste projeto, deveria emanar da sua condição hierárquica dentro das Forças Armadas (mais particularmente do Exército) e de uma norma institucional que sustentasse a tutela sobre o sistema partidário institucional e o corpo político nacional como um todo. (Napolitano, 2014, p.14)

O controle midiático e de pensamento crítico fez com que as universidades fossem fortemente atacadas e os movimentos estudantis perseguidos, além das produções culturais que eram controladas e fiscalizadas. Foi um período marcado por inúmeras cassações, prisões arbitrárias, censura e controle midiático, fechamento do Congresso, torturas e mortes. O historiador Napolitano (2014) pontua ainda apoio da classe média na legitimação do regime e de seu alinhamento com os Estados Unidos, trazendo uma visão geopolítica que os favorecessem, considerando especialmente a influência e apoio norte-americano na instauração da ditadura militar no Brasil.

O chamado processo de redemocratização, ou abertura política, foi uma forma dos militares controlarem as ações e realizarem concessões, sendo chamada de uma abertura lenta e gradual, com avanços e retrocessos.

É perceptível a complexidade política e histórica do processo de construção e expansão da democracia e cidadania no Brasil. Sendo sempre perpassado por avanços e retrocessos e marcado pela movimentação popular, e os órgãos a serem analisados - CLDF e Senado Federal -, estão inseridos nessa complexidade histórica, sendo também atores importantes na história brasileira.

Nesse sentido, é importante aprofundar especificamente no processo de formação dos órgãos, considerando os aspectos que já foram pontuados ao considerar as particularidades da formação capitalista brasileira.

2.2 História do Senado Brasileiro: Entre a Representação e o Poder Legislativo

O Senado surge em 1826 através de Constituição outorgada por Dom Pedro I, uma característica importante é que os senadores eram indicados pelo imperador e permaneciam no cargo por toda a vida. O poder legislativo esteve envolvido nas decisões formais de abolição da escravidão, recebendo e aprovando projetos relacionados ao tema. Sobre isso é importante

refletir sobre a falta de proposições mais claras e efetivas que garantisse as condições dignas de vida para as pessoas negras.

Só com a Proclamação da República em 1889 é que os senadores passam a ser eleitos por voto direto e com mandatos de 9 anos, além de que foram estabelecidos três poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo. No âmbito legislativo, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal passariam a compor o Congresso Nacional. Pode-se perceber que o Congresso costuma ser alvo de ataques e repressão em períodos ditatoriais, como por exemplo a falta de atuação e representação do legislativo durante os 8 anos de Estado Novo, e o fechamento do Congresso Nacional em 1968, durante a fase mais intensa de repressão da Ditadura Militar com o decreto do Ato Institucional 5. Através de referências e relatos históricos é notório o controle e a dominação do governo ditador sobre as instituições como estratégia de supressão de direitos e imposição de ideologias, e o Congresso Nacional, que engloba o Senado, foi fortemente subordinado nesse período.

Com a abertura democrática, que adotou uma postura conciliadora, foi criada uma Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da nova Constituição de 1988. Esse marco trouxe avanços significativos nos direitos fundamentais e sociais, apontando para uma perspectiva democrática, especialmente por ter sido formulada durante o processo de redemocratização. No entanto, é importante refletir sobre como tanto a estruturação quanto a implementação dos princípios consagrados na Constituição são marcados por contradições e imperfeições.

A década de 80 foi marcada por intensas manifestações e pela luta dos trabalhadores, que promoveram importantes mobilizações por meio da criação de entidades representativas e greves gerais. No final dessa década, em 1989, Fernando Collor foi eleito, representando o início da implementação do projeto neoliberal no Brasil. A adoção de políticas neoliberais surgiu como uma estratégia das classes dominantes para manter o controle ideológico e político da sociedade, especialmente diante da força dos movimentos trabalhistas que marcaram aquele período. Esse projeto exaltava a privatização, corte de gastos e as reformas do Estado e mesmo após a aprovação do impeachment de Collor por envolvimento em esquemas de corrupção, os governos seguintes, de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso seguiram as mesmas premissas, de forma ainda mais acentuada. Apesar de ter se desenvolvido de forma mais acentuada no Brasil

apenas na década de 90, Harvey (2008) afirma que houve uma “empática acolhida” à essa doutrina desde os anos 1970¹⁶, especialmente com a ascensão de Margaret Thatcher¹⁷ como primeira-ministra da Grã-Bretanha e da liderança de Paul Volcker¹⁸ no Banco Central dos Estados Unidos.

Do governo de Fernando Henrique Cardoso em seguida, o Brasil experienciou constantes privatizações de empresas estatais e reformas do Estado, buscando eficiência e crescimento econômico através dessas políticas que proviam: flexibilização e redução de direitos, precarização das condições de trabalho, desresponsabilização do Estado e mercantilização de direitos como saúde e previdência, entre outras, portanto

“nota-se que as medidas neoliberais dos anos 90, privilegia o setor privado em prejuízo das políticas sociais públicas, transfere os recursos destinados à Seguridade Social para o capital, mercantiliza a saúde e a previdência, serviços; à princípio de responsabilidade do Estado.” (Silva, 2017, p. 4)

A aprovação de tais políticas evidenciou a relevância do Senado no processo de tomada de decisões, já que, além de sua função de revisar e aprovar leis, o Senado também teve um papel crucial na validação de reformas constitucionais que possibilitaram a implementação do neoliberalismo no Brasil.

Harvey (2008, p.2) compreende o neoliberalismo como

“uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por

¹⁶ Neoliberalismo é uma corrente ideológica que tem sido alvo de muitos estudos nas ciências humanas brasileiras. Essa ideologia foi organizada politicamente na década de 1940, a partir do livro “O Caminho da Servidão”, de Hayek e se tornou dominante em várias nações do globo a partir da década de 1970, após a suposta “crise” do Estado de Bem-Estar Social. Esse novo liberalismo não é nascido no Brasil e não é novo do século XXI. É novo de 1940. (Pereira, 2023, p.25).

¹⁷ Sob a influência de Keith Joseph, um publicista e polemista bem ativo, com fortes vínculos com o Neoliberal Institute of Economic Affairs, ela aceitou o abandono do keynesianismo e a idéia de que as soluções monetaristas “do lado da oferta” eram essenciais para curar a estagflação que marcaram a economia britânica naquela década. Thatcher reconhecia que isso significava nada menos que uma revolução em políticas fiscais e sociais, e demonstrou imediatamente uma forte determinação de acabar com as instituições e práticas políticas do Estado socialdemocrata que se consolidara no país a partir de 1945. (Harvey, 2008, p.10).

¹⁸ Em outubro de 1979, Paul Volcker, presidente do Federal Reserve Bank no governo Carter, promoveu uma mudança draconiana na política monetária dos Estados Unidos. O compromisso de longa data do Estado democrático liberal com os princípios do New Deal, que significava em termos gerais políticas fiscais e monetárias keynesianas, e tinha o pleno emprego como objetivo central, foi abandonado em favor de uma política destinada a conter a inflação sem medir as consequências para o emprego. (Harvey, 2008, p. 11).

sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas [...]"

A ênfase no livre mercado e do não intervencionismo estatal faz parte da teoria neoliberal, que considera como verdade o pressuposto de que “as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado e de comércio” (Harvey, 2008, p.3) e que esse livre comércio seria por si só suficiente para gerar riqueza e contribuir para o bem-estar geral. O que se observa é, na verdade, um aumento da desigualdade e a grande concentração de riqueza e poder nas mãos de elites econômicas, que, no processo de neoliberalização, como denomina Harvey, “apoiou-se pesadamente em mais valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural.” (Harvey, 2008, p.14)

Os seguintes anos de governo Lula, Dilma e Temer continuaram marcado de contradições, considerando que, especialmente nos primeiros mandatos de Lula,

“Sua política econômica favoreceu largamente os interesses do capital financeiro nacional e internacional (garantindo elevada rentabilidade mediante a manutenção de elevadas taxas de juros e viabilizando um lucro bancário recorde) e do agribusiness, por outro, implementou uma série de programas e iniciativas, direcionada aos segmentos mais pobres da população brasileira e àqueles até então excluídos de algumas políticas” (Marques, 2007, p.16)

A luta para redução do orçamento da saúde, redução de direitos para formação de superávit fiscal, a contra-reforma da previdência, entre outras ações marcaram o governo Lula, sem deixar de citar a implementação do Programa Bolsa Família, que foi o principal mecanismo de enfrentamento a pobreza do governo, sendo que

“O programa de transferência de renda desenvolvido pelo governo Lula de fato alterou as condições de existência das famílias beneficiadas, retirando-as da pobreza absoluta. Contudo, ao não estar associado a mudanças estruturais, pois os determinantes da pobreza não foram alterados, não impede que novos contingentes nessa situação surjam e nem que essas famílias possam, no médio e longo prazo, viverem sem esses recursos.” (Marques, 2007, p.22)

A autora argumenta ainda que transformar o Bolsa Família em uma renda mínima a que toda família deveria ter direito iria no sentido contrário da política mais geral do governo Lula, sendo esta uma política proteção social do mínimo. Mesmo com as contradições existentes,

“O subproletariado, reconhecendo na invenção lulista a plataforma com que sempre sonhara — um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem —, deu-lhe suporte para avançar, acelerando o crescimento com redução da desigualdade no

segundo mandato, e, assim, garantindo a vitória de Dilma em 2010 e a continuidade do projeto ao menos até 2014.” (Singer, 2012, p. 6)

Em 2016, o poder legislativo e especialmente o Senado, teve grande ênfase ao dar prosseguimento e a aprovar o impeachment da então presidente Dilma Rousseff, que foi precedido por inúmeras manifestações sociais e imbróglios políticos que culminaram no golpe contra a ex-presidente. Tendo assumindo o governo, seu vice, Michel Temer, logo no início do mandato extinguiu importantes Ministérios como o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Ministério da Cultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário, além de facilitar a aprovação da PEC 241, que congelou os investimentos em saúde, educação e assistência social por 20 anos, sem qualquer diálogo com a classe trabalhadora.

A eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2018 evidenciou uma nova direita comprometida com os interesses das elites econômicas, amparada por discursos de ódio¹⁹ e fundamentalismo religioso. O governo foi marcado pelo amplo apoio da Frente Parlamentar Evangélica, pela disseminação em massa de notícias falsas e pelo negacionismo quanto à eficácia das vacinas contra a Covid-19. Pereira (2023) em seus estudos aponta que a nomenclatura “nova direita” é utilizada para se referir a uma direita neoliberal e neoconservadora, e

“Dessa maneira, os valores neoliberais de individualismo, mercado livre e sem regulações, meritocracia, autorresponsabilização e Estado mínimo fundiram-se aos valores neoconservadores de defesa da família (patriarcal), da hierarquia e da ordem, do patriotismo, da religiosidade (cristã), da divisão dos papéis de gênero, da heterossexualidade como norma, da disciplina e do Estado forte na vigilância e na manutenção dos “bons costumes” (PEREIRA, 2016).” (Pereira, 2023, p.26).

Portanto, a autora considera que esta ideologia não se refere unicamente aos abertamente apoiadores do governo de Jair Bolsonaro, mas que sim, foi uma ideologia adotada e radicalizada não só pelo ex-presidente como por outros simpatizantes do fascismo pelo mundo. (Pereira, 2023).

E a relação do governo Bolsonaro com o Legislativo foi conflituosa, considerando que

“apesar de conseguir aprovar importantes matérias, o governo Bolsonaro enfrentou dificuldades em passar sua agenda pelo Senado, mesmo que nessa legislatura o Senado tenha apresentado uma composição mais à direita do espectro político: se em

¹⁹ Ademais, no seu flerte com o fascismo, institui a destruição e a violência como projeto de poder. A violência, assim, deixa de ser um meio para alcance de outros interesses, e se converte no próprio fim. E, mais: deixa de ser praticada nas sombras: torna-se explícita, parte do cotidiano, é banalizada, legitimada. (Pereira, 2023 , p. 29)

2019 os partidos de direita controlavam 43,2% das cadeiras no Senado, em 2021 mais da metade das cadeiras já era ocupada por parlamentares desse campo político (Rubiatti, 2023). Dessa forma, mesmo com a proximidade ideológica do chefe do Executivo com uma maioria no Senado, a relação entre os poderes foi marcada por uma postura conflitiva do Presidente: “adotando uma posição inicialmente conflitiva com o Congresso e os líderes partidários, o governo Bolsonaro amargou derrotas no processo legislativo e mesmo após sua aproximação com o Congresso via ‘Centrão’ esse quadro se manteve” (Rubiatti, 2023, p.67-8).” (Rubiatti, 2023)

2.3 A Trajetória da Câmara Legislativa do DF

Dando continuidade ao resgate histórico, a Câmara Legislativa nasce no Distrito Federal -DF de forma tardia em 1991 como uma forma de representação democrática da sociedade. A instalação da Câmara foi permeada de muita discussão política e econômica sobre como seria a administração do Distrito Federal, considerando que entre 1960 e 1990 o DF não possuía autonomia política, o que impossibilitava a escolha de seus representantes, ou seja, o povo não tinha direito de escolher seu governador e nem representantes parlamentares. Sendo assim, nesse período, o governador era nomeado diretamente pelo presidente da república e a função legislativa era exercida pela Comissão do Distrito Federal, um colegiado criado no âmbito do Senado Federal e composto por sete membros.

Foi apenas com o fim dos regimes militares e com o processo de redemocratização que o Congresso Nacional aprovou, em 1985, a emenda constitucional garantindo ao cidadão o direito de eleger congressistas e em 1988 temos a promulgação da Constituição que estabelece:

“Art. 27. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.”

Ou seja, somente

“[...] em outubro de 1988, seria promulgada a Carta que daria ao Distrito Federal uma autonomia política nunca vista durante toda a sua história. Os Artigos 18 e 32, da Carta de 1988, devolveriam e ampliariam a autonomia política do DF, sendo a ele concedido, inclusive, o poder de auto-organização (TÁCITO, 2005). “ (Luz, 2009, p.46)

Desse modo, em 1990, o Distrito Federal pode escolher pelo voto direto o seu governador e os primeiros 24 deputados distritais. Considerando esses fatos, portanto, a Câmara Legislativa tem como três principais competências: representar a população, legislar e fiscalizar o Poder Executivo do Distrito Federal. Sendo assim, a lógica dos direitos e da democracia é basilar para a

institucionalização e ação da Câmara. Considerando a definição de democracia por Coutinho (1999, p.42) como: “a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social.”

Desta maneira, a CLDF foi essencial para a promoção de modificações políticas, econômicas e sociais, levando em consideração os preceitos da Constituição: “O Estado brasileiro é regido pela Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 2018) e constitui-se em Estado Democrático de Direito (CF, art. 1º). Tem, portanto, a Democracia como preceito constitucional. Além disso, todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição. (CF, art. 1º, parágrafo único)”.

Os deputados distritais aglutinam atribuições de vereador e deputado estadual, e sobre isso Luz (2009, p.53) expõe que essa “ambiguidade do parlamento distrital reduziu as chances de que todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal pudessem ser representadas de forma adequada”

Embora de forma mais local que o Senado, a Câmara Legislativa do Distrito Federal também desempenha um papel de grande relevância nas tomadas de decisão, e, assim como o Senado, as perspectivas políticas e ideológicas dos seus representantes influenciam profundamente as decisões e a apresentação de projetos. As deliberações feitas por essa casa legislativa têm um impacto direto nas políticas públicas que afetam a vida cotidiana da população, abrangendo áreas cruciais como saúde, educação, segurança, assistência social, entre outras. Assim, as escolhas e posicionamentos dos deputados distritais refletem não apenas as demandas da sociedade local, mas também as orientações políticas que moldam a vida social, econômica e política do DF.

O papel do Legislativo possui uma característica contraditória, pois, enquanto as casas legislativas deveriam ser um reflexo das demandas populares, em muitos casos elas atuaram como apoiadoras de um modelo que beneficia as elites econômicas, o que levanta questões sobre a real representatividade do Legislativo frente aos interesses populares, especialmente em um contexto neoliberal. Concordando com a perspectiva de Marx ao defender a existência de uma relação de 'dependência ontológica do Estado para com a sociedade civil' (Tonet, 2010, p. 4), entende-se que essa relação tem suas raízes no antagonismo entre as classes sociais, sendo atravessada pela luta de classes, que orienta as respostas do Estado à sociedade. Essa dinâmica

evidencia que '[...] repousa sobre a contradição entre a vida privada e pública' (Tonet, 2010, p. 4), refletindo uma mediação das contradições e das demandas das diferentes classes."

Além disso, contando com as especificidades do Distrito Federal,

“A CLDF é marcada pela pulverização partidária. A princípio não deveria sê-lo, afinal, Brasília foi projetada para abrigar o funcionalismo público federal, o que, pelo menos em tese, deveria homogeneizar o eleitorado. Mas a trajetória política adotada alteraria, em definitivo, as características social e política do Distrito Federal. [...] A cada nova legislatura, pelo menos dez partidos são empossados.” (Luz, 2009, p.58)

O autor argumenta que essas características de ambigüidade e pulverização partidárias afetam a decisão de escolha dos representantes por parte dos eleitores, que se dividem entre escolher por critérios de representação geográfica, ideológica ou político-partidária, portanto “Uma vez estabelecido um eleitorado extremamente heterogêneo, naturalmente o parlamento será um espelho desse eleitorado” (Luz, 2009, p.59)

Portanto, ao pensar na categoria Estado, o Poder Legislativo expressa uma contradição em suas funções: por um lado, ele se configura como um importante canalizador das demandas da sociedade para o Estado, representando os interesses populares; por outro, exerce a função de fiscalizador das políticas públicas, o que implica também em assegurar que essas políticas não comprometam a ordem estabelecida. Ao refletir sobre os estudos de Engels, Farage (2023, p.32) expõe que “ciente de que o domínio ideológico é fundamental para o controle das frações de classe subalternizadas, o autor salienta que em determinados momentos o poder político absorve determinadas demandas da classe trabalhadora como forma de controle. “

Por isso é especialmente importante realizar uma discussão para compreender de que forma as transformações do mundo do trabalho e as especificidades do legislativo orientam a atuação profissional do Serviço Social, já que os espaços ocupacionais refletem diretamente as contradições existentes na dinâmica social capitalista²⁰ e sobretudo como a/o assistente social se inscreve nessa relação com a sociedade e com o Estado.

Nesse sentido, cabe um resgate histórico e social do Serviço Social, para compreender de que forma a profissão se constituiu na sociedade capitalista.

²⁰ “Mas os espaços ocupacionais refratam ainda as particulares condições e relações de trabalho prevalentes na sociedade brasileira nesses tempos de profunda alteração da base técnica da produção com a informática, a biotecnologia, a robótica e outras inovações tecnológicas e organizacionais, que potenciam a produtividade e a intensificação do trabalho”. (Iamamoto, 2009, p.3)

CAPÍTULO 3

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social como profissão surge no contexto em que a burguesia procurou apoio no Estado e na Igreja para alinhar estratégias que pudessem assumir a assistência social de forma a lidar com as contradições de forma amenizadora e que possibilitasse o livre desenvolvimento do capitalismo, entendendo que a força de trabalho era essencial para tal. Nesse sentido, foi criada a Sociedade de Organização da Caridade, em 1869, em Londres. Tendo sido nesse contexto que surgiam os “primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática da assistência social” (Martinelli, 2000, p.66).

Observando o surgimento do Serviço Social, é importante refletir sobre o fato de que essa profissão teve sua origem como uma resposta do capitalismo à classe trabalhadora, funcionando como uma estratégia de desmobilização e controle social. Seu objetivo era garantir a expansão do modo de produção capitalista, tanto no aspecto econômico quanto na disseminação da lógica capitalista de pensamento. Compreender essa característica do Serviço Social não elimina seu atual Projeto comprometido com a defesa da classe trabalhadora, deixando evidente a contradição engendrada na profissão.²¹

Pensando então nas estratégias que seriam adotadas como formas de enfrentamento dessa “questão social” emergente, a Sociedade de Organização da Caridade surge na Inglaterra como uma tentativa da burguesia de racionalizar o trabalho de assistência, através de uma estratégia política para possibilitar a expansão do capital, entendendo que a “questão social” seria uma ameaça a esse crescimento, além da própria organização dos trabalhadores que exigiam respostas frente ao processo de agudização da pobreza e das condições de trabalho que vivenciavam. Por isso mesmo, inicia-se uma preocupação com a capacitação e profissionalização daqueles que realizam os Serviços da Sociedade, que era focada na educação familiar e visitas domiciliares predominantemente.

²¹ Sobre essa perspectiva Iamamoto (2004, p.122) aponta que: “A atuação do SS é visceralmente polarizada por interesses sociais de classes contraditórias, inscritos na própria organização da sociedade e que se recriam na nossa prática profissional, os quais não podemos eliminar. Só nos resta estabelecer estratégias profissionais e políticas que fortaleçam alguns dos atores presentes nesse cenário. Assim sendo, a prática profissional tem um caráter essencialmente político: surge das próprias relações de poder presentes na sociedade”

Portanto, em 1899 houve a criação da primeira Escola de Filantropia Aplicada em Nova Iorque, e o “impulso trazido pela criação da Escola foi muito importante para a sistematização do ensino do Serviço Social, bem como para o seu processo de profissionalização e institucionalização” (Martinelli, 2000, p.106). Já em 1908 se tem a criação da primeira escola de Serviço Social na Inglaterra, seguida em 1911 e 1913 pela França com a criação de duas escolas (uma de influência católica e outra protestante, respectivamente).

A criação das Escolas e o processo de profissionalização do Serviço Social foi fortemente influenciado pelas ideias da estadunidense Mary Richmond, além de outros nomes como Florence Nightingale e Octavia Hill que defendiam a importância de bases científicas para o trabalho social²² - termo defendido por Richmond -, e a atuação individualizada com objetivo de “reintegração social do ser humano”²³. As primeiras intervenções eram realizadas com uma perspectiva de “reforma do caráter”, assumindo que além do mínimo para a sobrevivência as famílias precisavam de uma orientação moral e espiritual, de forma a equilibrar as relações sociais e permitir a inserção dos indivíduos no campo de trabalho. Apesar da visível rejeição da classe trabalhadora que estava se fortalecendo em sua identidade e consciência, as famílias mais pobres e miseráveis dependiam dessas ações como uma forma de garantir sua subsistência.

Já nesse período de início e expansão do Serviço Social como profissão, existiam diferenças entre as escolas americanas e as europeias:

“Enquanto as Sociedades de Organização da Caridade Americanas tentavam impulsionar o processo organizativo dos assistentes sociais de forma a tornar autônomo este novo agregado profissional, liberando-o das influências da Igreja, as européias caminhavam em rota oposta, colocando-se a serviço desta instituição.” (Martinelli, 2000, p.113).

Essa distinção entre o social work americano e o social service europeu se deu também nas referências científicas, enquanto nos Estados Unidos os profissionais procuravam base na Psicologia - Psicanálise -, Medicina e Direito, na Europa a ênfase era nas Ciências Sociais, Sociologia e Economia. A Europa foi fortemente influenciada pelos pensamentos dos sociólogos Auguste Comte e Émile Durkheim que carregam em seus estudos o Positivismo e

²² “Richmond, que desde a criação da primeira Escola de Filantropia Aplicada vinha utilizando a expressão *trabalho social*, passou a fazê-lo de forma cada vez mais sistemática.” (Martinelli, 2000, p.108-109).

²³ Sobre a singularidade, Iamamoto (2006, p. 76) argumenta que: “Não se nega a singularidade dos indivíduos, numa visão determinista da história, mas essa individualidade é tida como expressão e manifestação de seu ser social, de sua vida em sociedade. Ressaltamos isto, porque a particularização do indivíduo e de seu trabalho tende a ser representada na perspectiva de sua individualidade. É concebida como se sua particularidade intelectual e moral houvesse adquirido uma particularidade social e não o inverso: sua individualidade como manifestação da vida em sociedade.”

Funcionalismo, Durkheim traz ênfase à harmonia e a coesão, entendendo a sociedade como um organismo e destacando a função dos elementos.

E o Serviço Social certamente recebeu essas influências, absorvendo o pensamento positivista em uma perspectiva de justificar e manter a ordem social, objetivando identificar os “problemas sociais” e compreender o funcionamento da sociedade. Os estudos positivistas e funcionalistas entendiam que o estudo da sociedade deve ser tão rigoroso quanto os das ciências naturais, e procuravam superar as explicações por meio do senso comum e do conhecimento religioso, entendendo que para que isso acontecesse, e o estudo da sociedade pudesse ser validado, era necessário seguir os mesmos parâmetros das ciências exatas, através da experimentação.

Portanto, a base de atuação da/do assistente social nesses períodos iniciais era de forma evidente a defesa dos interesses de uma burguesia que necessitava de ações apaziguadoras, que refreassem a organização política dos trabalhadores, tornando as ações como manifestações individuais que deveriam ser tratadas na perspectiva psicológica, da moral e dos comportamentos.

3.1 As condições de surgimento e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil e na América Latina

A primeira experiência do Serviço Social institucionalizado na América Latina é datada em 1925, no Chile, com a criação da primeira escola, Alejandro Del Río (Castro, 2008). Assim como observamos as ações americanas e europeias extremamente influenciadas pela doutrina da Igreja, na América Latina a perspectiva de controle e “harmonização” das relações sociais e de reajuste moral permanecia. Sobre essa influência europeia no Serviço Social latino-americano, Castro (2008) elucida que não era algo exclusivo, mas que diversos outros espaços da sociedade eram fortemente influenciados pelas ideias européias, especialmente por pensamentos e modo de fazer que fosse compatível com as necessidades da classe dominante. Apesar dessa influência europeia, devido às suas próprias características e especificidades, considerando a identidade das classes, o desenvolvimento da profissão no continente latino americano teve e têm suas particularidades

Essa primeira escola, fundada pelo Dr. Alejandro Del Río se desenvolve como uma resposta às demandas da classe trabalhadora chilena, que exigia ações do Estado que

respondessem às suas reivindicações relacionadas à inúmeros direitos. Esse período da década de 20, no Chile, foi marcado como “um período de severa crise institucional e contínuos protestos” (Castro, 2008, p. 69), ou seja, “a burguesia foi pressionada a incorporar ao Estado as reivindicações de uma classe trabalhadora de clara definição socialista e anarquista” (Castro, 2008, p.70)

Em 1929, a Escola Elvira Matte de Cruchaga se desenvolve como um centro de formação católico, em que se tinha uma valorização da necessidade de uma profissionalização com bases científicas e técnicas, mas baseadas na religião católica, e se tornou referência para as escolas de cunho católico na América Latina, sendo associada à União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS). Nos anos seguintes, diversos países criaram Escolas de Serviço Social através das influências de Elvira Matte de Cruchaga - Brasil em 1936, Uruguai e Peru em 1937 e Argentina em 1940, entre outras, por isso, a Escola Elvira Matte de Cruchaga trata-se de:

“uma instituição pioneira, que serviu como modelo a outros centros de formação. Contribuiu largamente para oferecer um campo próprio ao Serviço Social, mesmo que adequando-o inevitavelmente às exigências históricas impostas pela sua vinculação com o poder.” (Castro, 2008, p.98).

No Brasil, foi também por volta dos anos 20 que a Igreja Católica fortaleceu sua perspectiva de ação social e intervenção na sociedade, sendo que, no Governo Vargas, com seu expansionismo e desenvolvimento industrial, a Igreja encontrou uma oportunidade para uma relação mais próxima com o Estado. Portanto, foi um período em que a interação Igreja-Estado estava bem fundamentada, considerando o desejo da primeira de ter sua influência e prestígios assegurados e de opor-se à ideias e pensamentos vinculados ao comunismo. Por isso, sobre esse tema, é importante pontuar a estreita relação da gênese do Serviço Social no Brasil com a Doutrina Social da Igreja.

Além disso, devido às profundas mudanças econômicas e sociais, o conjunto dos trabalhadores se inseria em um processo de organização e resistência, exigindo ações que não se baseassem na repressão ou em tentativas de desmobilização dos movimentos.²⁴ E a farsa de um

²⁴ “Não há dúvidas de que esta opção organizativa da Igreja foi estimulada pela magnitude alcançada pelas lutas operárias entre 1917 e 1920, dirigidas pelos anarquistas, e que expressavam o protesto proletário numa situação de queda da expansão industrial em relação aos anos da guerra. Em 1917, uma grande greve geral sacudiu a cidade de São Paulo e outras áreas interioranas. A própria capital do país foi abalada pelo movimento, que reivindicava a jornada de oito horas e aumentos salariais. O sindicalismo anarquista combatia frontalmente o Estado opressor e nutria a esperança de abatê-lo por meio de uma greve geral revolucionária que, preparada para 1918, foi duramente reprimida. No ano seguinte, movimentos grevistas voltaram a se manifestar em várias cidades brasileiras - Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Rio de Janeiro, etc. -, todos abafados por uma cruel repressão. Em 1922, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro e, no bojo de toda esta movimentação, promulgaram-se as primeiras leis

Estado preocupado com o proletariado era sustentada pela criação de alguns sistemas de regulação do trabalho, como por exemplo, a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferrovários de 1923 e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930, e o processo de profissionalização do Serviço Social²⁵ também está inserido nessa resposta à agudização da “questão social”, contudo, ainda com perspectivas de controle para expansão do capital.

Portanto, em 1935, se tem a criação do CEAS²⁶ (Centro de Estudos e Ação Social), tendo como base os conhecimentos belgas, já que, o primeiro curso chamado “Curso Intensivo de Formação Social para Moças” foi ministrado pela assistente social Adèle de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas (Martinelli, 2000) e nesse sentido o CEAS é considerado como “o vestíbulo da profissionalização do Serviço Social no Brasil” (Castro, 2008, p.103). O Centro tinha objetivos com clara inclinação católica e de defesa de suas doutrinas, tendo como principais representantes mulheres que eram parte das classes dominantes, trazendo para atuação um viés religioso e de moralidade.

Já em 1936 a Escola de Serviço Social de São Paulo é criada, ainda com fortes influências católicas e muito orientada pelas proposições das encíclicas papais²⁷, que reforçaram a importância no aprimoramento dos costumes, ou seja, Castro (2008) sinaliza que a atuação junto às famílias, na área da saúde, na educação, nos hábitos, entre outras, possuía uma perspectiva de reforma e aperfeiçoamento dos costumes. No ano seguinte, em 1937, a primeira Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro é criada, e a expansão da profissão se dá muito atrelada ao Direito e à Medicina, diferenciando-se de São Paulo ao ter o envolvimento mais próximo das instituições públicas.

Faz-se necessário pontuar, que essas iniciativas de institucionalização surgiram também como uma necessidade de uma profissionalização do trabalho do Serviço Social, considerando a importância de uma formação técnica especializada, e sobre isso Iamamoto e Carvalho (2006) argumentam que não era apenas uma necessidade da comunidade católica que estava à frente das

trabalhistas: uma legislação sobre habitação popular (1921), a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferrovários (1923) e a regulamentação dos feriados (1925). (Castro, 2008, p.101)

²⁵ Na década de 1920, surgiram no Brasil as ‘protoformas’ do Serviço Social, com a criação da Associação das Senhoras Brasileiras em 1920, no Rio de Janeiro, e da Liga das Senhoras Católicas em 1923, em São Paulo.”

²⁶ Iamamoto e Carvalho (2006) trazem ricos resgates e reflexões sobre a estruturação do CEAS.

²⁷ Castro (2008), afirma a forte influência das encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* no trabalho das primeiras assistentes sociais.

práticas sociais no período, mas também se apresentava como uma necessidade social envolvendo o Estado e o empresariado.²⁸

A influência norte-americana no Brasil se intensifica na década de 40, especialmente devido à aproximação feita por Getúlio Vargas durante o período da II Guerra Mundial, e tal influência chega ao Serviço Social especialmente através da ideia contida na Doutrina Monroe de 1823 legitima de forma concreta o desenvolvimento das políticas expansionistas dos EUA. Após a II Guerra Mundial, os Estados Unidos estavam profundamente fortalecidos e procuravam mecanismos para estabelecer sua hegemonia em escala global.

O conceito monroísta “a América para os (norte) americanos” deu base para a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), onde os Estados Unidos iniciaram seu processo de assistência aos países pobres. A OEA recupera e reorganiza a União Pan-Americana (UPA), onde a Seção de Serviço Social recebia influências norte-americanas diretas, ou seja, a formação e prática das/dos assistentes sociais latino-americanos estavam embebidas das propostas de desenvolvimento de comunidade como técnica (institucionalizadas pela ONU) vindas dos Estados Unidos.

O objetivo norte-americano era tornar esses profissionais mais funcionais ao sistema, de forma que o mercado desses países ficasse sob sua hegemonia (Castro, 2008). Vale ressaltar a iminente bipolarização ideológica entre capitalismo e socialismo; assim sendo, o Desenvolvimento de Comunidade (DC) almejava vetar a adesão dos países subdesenvolvidos ao modelo socialista. Com o DC a própria comunidade seria um instrumento para seu desenvolvimento, então a “união” da população e do governo era essencial para o progresso nacional. Castro (2008) diz que essas ações em que a comunidade dispunha de sua energia, e o governo de seus recursos e apoio técnico para o desenvolvimento, estabeleciam “laços de gratidão e lealdade ao governo” (Castro, 2008, p.149) , o que mascarava as “relações de exploração e as contradições fundamentais”. (Faleiros, p.38 apud Castro, 2008, p.149).

Portanto, na segunda metade da década de 40, foram realizados os primeiros Congressos de Serviço Social no país, que discutiram temas como: Serviço Social e Família, Serviço Social Médico, entre outros, além de temas mais amplos a respeito da atuação e formação profissional.

²⁸ “A necessidade de formação técnica especializada para a prática da assistência é vista não apenas como uma necessidade particular ao movimento católico. Tem-se presente essa necessidade, enquanto necessidade social que não apenas envolve o aparato religioso, mas também o Estado e o empresariado.” (Iamamoto; Carvalho, 2006. p. 184)

Iamamoto e Carvalho (2006) expõem que os pensamentos inovadores e destoantes dos Congressos não tiveram força expressiva, mas que foram importantíssimos como alertas para a necessidade de compreender questões mais estruturais.

As primeiras transformações mais acentuadas do Serviço Social se apresentam na década de 60, especialmente pelas características do tempo histórico, sendo que:

“Historicamente, o continente latino americano e a década de 60 situam-se como o lugar e o tempo onde se engendrou esse movimento de questionamento crítico da própria realidade e, no interior desta, da prática profissional. Os anos 60 foram particularmente difíceis para os povos latino-americanos, que desde o imediato segundo pós-guerra vinham enfrentando crescentes dificuldades de sua participação no processo produtivo” (Martinelli, 2000, p. 141)

A década de 60, na América Latina, foi marcada por diversos processos ditatoriais, que, se aproveitando da conjuntura econômica internacional encontraram nos países latino-americanos - que vivenciavam o aprofundamento do desemprego e da pobreza - o pano de fundo ideal para expandir os ideais imperialistas. A condição de “capitalismo dependente”²⁹ ficou evidente no período, evidenciando a dominação dos países imperialistas sob os outros, que ficam a eles subordinados, tanto na esfera econômica e política, como em outros campos da vida social, como por exemplo o mundo do trabalho, em que os países subordinados têm a força de trabalho superexplorada com condições precarizadas.

Essa subordinação se dá na esfera econômica e política, como também em outros campos da vida social, como por exemplo o mundo do trabalho, em que os países subordinados têm a força de trabalho superexplorada com condições precarizadas. Essa condição dependente, é, na verdade, um interesse das classes dominantes que buscam manter uma relação entre o moderno e o arcaico, justamente com o objetivo de se manter seus privilégios patrimonialistas especialmente através do Estado, que no Brasil tem um forte caráter de sobreposição entre o público e o privado (Behring; Boschetti, 2007). A dependência e o subdesenvolvimento possibilitam a destinação da maior parte do excedente econômico para os capitais internacionais - especialmente através da

²⁹ Sobre a contribuição de Florestan Fernandes na discussão sobre capitalismo dependente: “O autor discute como se processa a acumulação capitalista dependente e o caráter específico de sua realização. Para ele, a Revolução Burguesa, entendida como um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas, apenas se realiza quando do auge de sua evolução industrial. Nesses termos, colocada diante das tarefas típicas de sua congênere europeia, a classe burguesa no Brasil não teve condições de cumprir de forma autônoma seu compromisso com a industrialização. A aliança com as classes dominantes retrógradas se mostrou funcional às suas intenções de classe, pois assomado ao suporte do Estado, permitiu realizar a industrialização e manter a estrutura de privilégios da qual desfrutava. A burguesia brasileira se mostrou incapaz, assim, de se libertar da oligarquia e de implementar a social-democracia no país (FERNANDES, 1975; ARRUDA, 1996). ” (Oliveira; Vazquez, 2010, p.147)

exportação de bens-primários -, permitindo com que, através da diminuição dos custos de produção através da exploração do trabalho, as elites continuem a acumular e concentrar riqueza na mesma medida em que a barbárie e precarização se acentua à classe trabalhadora.

Florestan Fernandes (1975), que possui profundos estudos sobre o tema, expõe que as economias dependentes como mercadorias são ultralucrativas para o capitalismo central e estratégicas para as alianças de elite agro-exportadora e burguesia nacional, possibilitando uma relação com os interesses imperialistas (Elias, 2022).

Com a crescente organização dos trabalhadores, que se movimentavam na luta por condições dignas de trabalho e vida, a classe dominante procurava meios de tomar as rédeas e controlar tais mobilizações, portanto, ao unir-se com os militares, tomaram o governo em 1964 para a instauração do que viriam a ser 21 anos de ditadura militar, marcados de repressão, supressão de direitos, autoritarismo, censura e tortura. E sobre esse período histórico, Martinelli (2000) é categórica em afirmar que apesar do agravamento político, econômico e social do país, nos primeiros anos de ditadura o Serviço Social não sofreu mudanças em seu pensamento e práticas profissionais, ou seja, continuava a seguir uma perspectiva de atuação dentro do que estava aparente, sem questionamentos da estrutura.

Entretanto, já existia, dentro da profissão, um grupo progressista que passa a questionar a identidade da profissão e suas práticas profissionais. Questiona-se o conformismo, a tecnocracia, o controlismo, ou seja, as práticas engessadas que procuravam adequar a sociedade à ordem vigente. É então através dessa postura crítica, e através do pensamento marxista - que considerava a história a partir da luta de classes e entendia que o desenvolvimento do capitalismo se dava através da exploração da força de trabalho - que há o início do Movimento de Reconceituação da profissão.

O Movimento de Reconceituação da América Latina foi essencial para que o Serviço Social começasse a pensar a profissão de outras maneiras, e esse movimento não foi homogêneo, já que cada país possui suas próprias particularidades, e no Brasil, esse Movimento teve três principais projetos políticos em disputa: Modernizador, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura.

O projeto Modernizador no Serviço Social não buscava o afastamento com o projeto tradicional da profissão, e sim trazer uma “atualização”, uma modernização a esse projeto. Portanto, mesmo que este projeto buscasse trazer uma cientificidade e um embasamento teórico

para a ação profissional, o posicionamento continuava sendo conservador, já que a hegemonia conceitual da modernização era o positivismo e o funcionalismo - teorias estas que não colocavam em xeque as estruturas da sociedade burguesa -, continuava sendo uma abordagem que impõe uma adequação social para que não se viva em constante tensionamento com a sociedade.

Há, também, uma grande ênfase nos fatos sociais, conceito estudado pelo sociólogo Émile Durkheim, que os caracteriza como estruturas independentes das organizações específicas de cada sociedade, ou seja, essas estruturas “transitam” de uma sociedade para outra. Os fatos sociais são formas de agir, pensar, estabelecer relações e garantir a reprodução social. Nesse contexto, através do projeto modernizador, a ação profissional da/do assistente social se concentra na objetividade dos fatos sociais, ou seja, no que está posto e aparente, isto é, enxergar a “questão social” como uma questão individual, descolando a demanda do indivíduo das contradições existentes na sociedade capitalista burguesa.

Por não existir esse questionamento do status quo e por ter um caráter extremamente tecnicista, burocrático, de ajuste do indivíduo, de atuação no binômio demanda-resposta e de manutenção da ordem, esse projeto modernizador se aproxima da conjuntura vivenciada no Brasil nesse período (1965-75): a ditadura militar, ou autocracia burguesa. Esse projeto pode ser claramente observado no Código de Ética de 1965.

Já o projeto de reatualização do conservadorismo, ou fenomenológico, traz uma crítica ferrenha à teoria positivista, já que a compreensão é de que nem todas as coisas podem ser comprovadas e entendidas por meio de um conhecimento puramente racional uma vez que existem questões que estão no campo da compreensão, da percepção dos sujeitos. O que interessa na fenomenologia é a maneira como o sujeito enxerga e interpreta o mundo, isto é, importa compreender como as estruturas existenciais se apresentam para a pessoa, como ela entende o que está acontecendo e como corresponde a esse entendimento. E é nessa lógica que esse projeto de reatualização também não faz uma crítica à ordem social, contribuindo, portanto, para a manutenção do status quo.

A subjetividade é o que mais importa, não levando em consideração as múltiplas determinações e contradições presentes na sociedade capitalista, sendo assim a ação profissional da/do assistente social está pautado no tripé: Pessoa - Diálogo - Transformação, sua atuação

então se concentra na ajuda psicossocial. Apesar desse projeto não ter recebido muito apoio e adesão da categoria profissional, podemos observá-lo no III Código de Ética de 1975.

Já a perspectiva de Intenção de Ruptura com o conservadorismo no Brasil se dá somente a partir da década de 80, momento em que o Brasil estava vivenciando uma grande efervescência de movimentos populares, de levante do novo sindicalismo, de greves e manifestações contra o regime militar ditatorial. Essa movimentação popular e a reinserção da classe operária na política foram essenciais para que as/os assistentes sociais que estavam presentes na luta a favor da democracia e contra a ditadura pudessem estabelecer seus fundamentos teóricos e organizar as instâncias de maneira a romper com o monopólio conservador - termo usado por Netto (2017) -, portanto, antes do “Congresso da Virada” existia uma parcela da categoria profissional com uma visão crítica ao sistema e que buscava uma verdadeira renovação no Serviço Social brasileiro. Podemos por exemplo, ressaltar a participação ativa de estudantes nesse movimento.

As teorias que anteriormente foram hegemônicas no Serviço Social estavam aliadas ao projeto conservador e à estrutura social vigente, diferentemente da perspectiva marxista - sendo esta o aparato teórico da Intenção de Ruptura -. Portanto, com a afirmação de que “a história de toda a sociedade até hoje é a história de luta de classes” (Marx; Engels, 2005), Marx compreende que as relações antagônicas que existem entre os homens produzem interesses particulares inconciliáveis, e o Serviço Social passa a incorporar a teoria marxista em seu pensamento, e a entender que as demandas dos sujeitos estão estritamente ligadas à estrutura capitalista contraditória. Sua atenção, então, não está mais centralizada nos chamados problemas pessoais e individuais, e sim na “questão social” - sendo suas expressões o objeto central da atuação profissional -, sendo esta uma condição particular da sociedade capitalista, já que expressa as contradições causadas pela relação capital/trabalho, e

“A influência do marxismo é explicitada na medida em que prevalece para essa ação profissional a tese de Marx sobre Feurbach: “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx, 1999: 14). O agir racional do profissional assume uma direção ideo-política e a explícita na sua intervenção. Assim, as obras marxianas e marxistas constituem o substrato teórico-metodológico que solidifica as bases científicas para a compreensão da realidade, associada à ação para a transformação social” (Brandão, 2007, p.124-125)

Sendo assim, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como o Congresso da Virada, traz um marco para o movimento de Intenção de Ruptura - que perdura até os dias atuais -. O III CBAS foi uma manifestação tardia da categoria contra o regime militar, mas apesar disso, com ele ficou evidente a filiação e o compromisso do Serviço Social com os

direitos e demandas dos trabalhadores sem desvinculá-las da “questão social”, há a vinculação da teoria e prática: A/O assistente social tem clareza do que faz, para quem faz e as razões do seu fazer e entendem os impactos de sua ação profissional.

É nesse sentido que um ponto essencial é trazido à profissão no III CBAS: o reconhecimento da/do assistente social como trabalhador assalariado que está inserido na divisão sociotécnica, sexual e racial do trabalho, ou seja, se inserem como aqueles que vendem a sua força de trabalho e possuem um aparato técnico que lhes é particular. Logo, essa perspectiva rompe com a pseudoneutralidade e vemos diversos profissionais se inserindo no campo político, compreendendo a importância desse posicionamento para a transformação social, porém entendendo que as demandas e interesses das diferentes classes sociais perpassam a profissão.

É importante a reflexão de que o Movimento de Reconceituação é cumulativo e deixou para a profissão seu legado, porém é errado afirmar que ele é um movimento concluído. O Serviço Social continua bebendo de suas fontes. É errado também afirmar que foi um Movimento com um bloco monolítico de ideias, na verdade ele foi permeado de tensões e constantes disputas entre tendências teóricas. Sendo as principais o grupo que defendia o marxismo estruturalista e aquele que era amparado pelo estruturalismo-funcionalismo, com uma matriz modernizadora e conservadora. O marxismo estruturalista possuía uma análise transversal das ideias de Marx, onde se tinha uma sobrevalorização do econômico em detrimento do político e social. Já o estruturalismo-funcionalismo defendia que era possível dar uma “nova roupagem” às bases do Serviço Social, ou seja, seria uma manutenção da influência positivista. E mesmo atualmente, onde o marxismo é hegemônico - mas não homogêneo - no Serviço Social brasileiro, vemos integrantes defensores dessa matriz conservadora em constante luta para trazer seus ideais à tona na profissão.

Nesse sentido, o Serviço Social latino-americano buscou o entendimento de que a profissão não pode ser uma mera reprodução operativa, mas que precisa de um referencial histórico e teórico para se entender sua própria realidade, livrando-se do praticismo, do empirismo, da prática reiterativa e rotineira.

CAPÍTULO 4

A/O ASSISTENTE SOCIAL NO LEGISLATIVO BRASILEIRO

O Serviço Social como profissão no Brasil foi influenciado por diversas concepções teóricas e teve alterações em suas regulamentações, atualmente possui a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei 8662 de 1993 e o Código de Ética que evidencia o projeto profissional. São essenciais também as entidades representativas, o CFESS - Conselho Federal de Serviço Social, e os CRESS - Conselhos Regionais de Serviço Social. Esse aparato legal e institucional é crucial para amparar e assistir os profissionais, dando a profissão um direcionamento, especialmente ao estabelecer as competências e atribuições privativas, além de reforçar o compromisso com os interesses da classe trabalhadora, Brandão (2007, p.128) expõe que tais instrumentos legais “têm um papel jurídico e político e contribuem para a defesa do Serviço Social como profissão e para a qualidade dos serviços prestados aos usuários, além de legitimarem a prática profissional do assistente social.”

As atividades profissionais das/dos assistente sociais compreendem ações de: viabilização de acesso a direitos previstos nas políticas sociais, orientação, planejamento e avaliação de políticas, encaminhamentos, coordenação de serviços, entre outras. É importante pensar também que

“Além da área de atuação que vai diferenciar as formas de agir é o contexto em que a profissão está localizada, a organização e, o tipo de abordagem (referencial teórico e valorativo que guia a prática) empreendido na área profissional, que se materializa nas organizações logo não se apresenta, majoritariamente, como uma prática totalmente autônoma, tal como ocorre na prática de profissionais do Direito e da Medicina como profissionais liberais, por exemplo. A área do assistente social está condicionada às organizações, por isso é fundamental conhecer a realidade institucional, os limites para a intervenção e a correlação de forças dos atores situados nesse contexto (Faleiros, 1985).” (Brandão, 2007, p.95)

Portanto, os órgãos legislativos possuem características institucionais específicas que implicam em um certo tipo de atividade profissional. Ao observar a descrição de atividades da/do assistente social nos editais de concursos da Câmara Legislativa do DF e Senado Federal, observa-se a ênfase na saúde dos servidores, embora esta não seja a única.³⁰

³⁰ No primeiro edital da CLDF, de 1992, as atribuições para o cargo de “Consultor Legislativo” em suas diversas áreas foi posto de forma geral como: “Supervisionar, coordenar, orientar e executar atividades inerentes à sua área de conhecimento; prestar à Mesa, Comissões, Lideranças e aos Deputados, em matéria que envolva questões constitucionais, legais, regulamentares, regimentais e administrativas quando da elaboração de relatórios, emendas e redação final de proposições, entre que tratem de de matérias relacionadas à sua área de profissional.” (CLDF, 1992)

Neste capítulo procuramos analisar os dados obtidos através das entrevistas realizadas com profissionais que atuam no campo do legislativo no Distrito Federal. A pretensão das entrevistas foi a de compreender de forma mais próxima a perspectiva dos profissionais a respeito de sua atuação, considerando suas trajetórias e direcionamentos éticos-políticos, de entender e conhecer o campo de atuação e as demandas específicas assim como as atividades profissionais e os desafios institucionais enfrentados.

4.1 Resultados da Análise das Entrevistas

As entrevistas foram realizadas com 4 (quatro) assistentes sociais contratadas por meio de concurso público nas duas organizações analisadas pela pesquisa, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Senado Federal. As entrevistas foram realizadas tanto de forma on-line como presencial, através de um roteiro semi-estruturado com questões relacionadas à atuação profissional. As participantes assinaram um Termo de Consentimento que garante a proteção e privacidade dos dados pessoais.

Das profissionais, 3 (três) se formaram em Universidades Públicas, 3 (três) possuem especialização. Entrevistamos profissionais com até 30 (trinta) anos de experiência na instituição e outras ainda recentes no trabalho, com 2 (dois) anos de atuação, sendo pertinente para a pesquisa retomar as trajetórias e experiências e conhecer as perspectivas trazidas pelas novas profissionais.

Nesse sentido, os espaços sócio-ocupacionais contêm elementos que, ao mesmo tempo, sustentam e desafiam a ordem vigente, nenhuma instituição é rígida, engessada e neutra, mas recebem influência direta das relações que as permeiam, portanto, as instituições analisadas são

Os outros dois editais, de 2005 e 2018 estabelecem as seguintes atribuições: “planejar, coordenar e executar ações relativas à assistência social prestada aos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, visando a promoção e a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida dos servidores no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal.” (CLDF, 2005;2018)

Já no âmbito do Senado Federal, o edital de 2012 estabelece ao “Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Assistência Social, incumbem atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, referentes a trabalhos relacionados com o desenvolvimento, diagnóstico e tratamento da comunidade, em seus aspectos sociais.” (Senado Federal, 2012)

O edital de 2022 traz algumas modificações: “compreende atividades, de nível superior e especializado, relacionadas a supervisão, coordenação, programação e execução especializada, referentes à orientação de indivíduos e grupos, em matéria de serviço social, e ao desenvolvimento de programas de caráter social a servidores e seus dependentes, auxiliando-os na solução de problemas materiais, de saúde, psíquicos, visando ao bem-estar, à motivação do servidor no trabalho e à participação em programas de reabilitação profissional, se for o caso; desempenhar outras atividades correlatas. (Senado Federal, 2022)

espaços em que o movimento histórico contraditório das forças incide diretamente em sua institucionalização e estrutura. Nesse sentido, as assistentes sociais ressaltaram o caráter político e tradicional das organizações, em que o conflito de gerações e de interesses políticos acabam, mesmo que indiretamente, afetando o trabalho, seja pelo entrave em se discutir importantes temáticas sociais, seja pela estrutura organizacional dos setores. Pelo caráter político, existem ações e projetos que não avançam justamente porque não estão no escopo de interesses e preocupações dos parlamentares. Além de existirem inúmeros cargos de chefia e gestão indicados e nomeados pelos parlamentares, ou seja, mesmo que sejam servidores efetivos do corpo técnico do órgão, sua orientação profissional seguirá as diretrizes éticas, políticas e ideológicas do parlamentar em questão.

“É muito mais comum terem pessoas que são comissionadas do que pessoas efetivas e isso pra instituição não é tão bom por que você perde a memória institucional, você perde a continuidade do serviço”

“... então tem pessoas que estão prestes a se aposentar, pessoas que estão ativas mas que tem uma trajetória institucional muito solidificada e uma cultura institucional com questões que a gente pode ter críticas, mas que são difíceis de ser alteradas, e aí chegam pessoas novas com uma outra visão de serviço público, com novas demandas e perspectivas, e isso conflita.”

“as diretrizes ético-políticas de quem tá ali dentro chefiando a casa interfere diretamente no meu trabalho e acredito que no de todas as outras assistentes sociais, porque temos assistentes sociais em outras áreas, então acredito que elas também são impactadas pelo mesmo fator, pelo fator da própria casa ser uma casa muito política.”

Por isso, são ressaltadas as capacidades de realizar uma escuta ativa, praticar a observação e saber se articular através da linguagem como elementos essenciais para o exercício profissional. Faleiros (2014, p. 717) aponta que: “A consciência das relações é um processo de mediações entre o imediato, o singular, o particular e o geral, no movimento histórico contraditório das forças em presença na situação, na conjuntura e na estrutura”.

Além dessas habilidades e instrumentais trazidos pelas entrevistadas, há uma ênfase na importância do aporte teórico e de uma clara perspectiva ético-política que possa amparar as decisões, sendo essencial até mesmo para que as ações profissionais rompam barreiras institucionais e cumpram seu papel de forma efetiva, seja através de uma fala bem articulada, ou de um documento bem elaborado, com clareza e fundamentação teórica. De Paula (2023, p.80) afirma que “quanto mais nos atualizarmos, maior será nossa bagagem de conhecimento e,

consequentemente, mais ampla a nossa capacidade de análise da realidade para a compreensão das questões que nos chegam – seja pela instituição ou pelo usuário.”

“Se a gente não tiver muito bem amparada no nosso projeto ético-político, no direcionamento que a gente quer ter e que dar pro serviço, cobrar da instituição e ter um bom amparo na teoria, a gente não tem uma boa prática sólida.”

Portanto, a perspectiva de Iamamoto sobre o uso da linguagem como importante instrumento foi enfatizado pelas profissionais, ao pontuarem que é especialmente através da linguagem que a/o assistente social se comunica, seja com usuários externos, seja com os outros profissionais presentes em seu cotidiano. Em instituições marcadas por certa rigidez, especialmente as que possuem setores em que a presença de um/a assistente social é novidade, saber comunicar se torna imperativo. Kunsch (2007) pontua que a comunicação é um elemento crucial considerando que: “é a instituição que ouve a sociedade, que atende às demandas sociais, procurando, por meio da abertura de canais, amenizar os problemas cruciais da população, como saúde, educação, transportes, moradia e exclusão social.”

Por se apresentar como diverso e contraditório, o espaço sócio-ocupacional impõe ao assistente social também dinâmicas organizacionais, em que seu trabalho através da linguagem se estende aos outros agentes que compartilham das atividades cotidianas. Por se tratarem de instituições com profissionais de longas trajetórias e com um caráter politizado, é essencial um olhar atento para compreender como são formadas as estruturas de pensamento, inserindo os sujeitos em uma realidade mais ampla, ou seja, através da dimensão teórico-metodológica, amparada pelo método materialista dialético, o profissional deve ser capaz de interpretar as demandas, os questionamentos - ou a falta deles -, de maneira mais complexa e completa, articulando a especificidade da situação com elementos estruturais do sistema capitalista, ou seja, conseguir articular conceitos e teorias com a realidade tangível, compreendendo os processos que culminaram na construção dos pensamentos.

Por isso,

“[...] a questão teórico-metodológica vai além de um esquema de procedimentos operativos, uma vez que diz respeito ao modo de ler, de interpretar, de se relacionar com o ser social. Uma relação entre o sujeito cognoscente – que busca compreender e desvendar essa sociedade – e o objeto investigado (IAMAMOTO, 1994, p.174). Assim, encontra-se estreitamente imbricada à maneira de explicar essa sociedade e aos fenômenos particulares que a constituem.” (Costa, 2008, p.51)

Nesse sentido, o caráter pedagógico da/do assistente social é constantemente posto à prova, exigindo do profissional essa apropriação da linguagem como importante instrumento para discutir importantes temas que dizem respeito, por exemplo, à defesa dos direitos das minorias. Figueiredo (2018, p.169) aponta que: “Para realizar seu trabalho em condições de contribuir para impulsionar formas democráticas e ampliar possibilidades de acesso, de acordo com Iamamoto (2001), a/o assistente social utiliza dois instrumentos: o conhecimento, enquanto base teórico metodológica e a linguagem”. A temática da Comunicação Não Violenta também apareceu nas respostas, como estratégia de construir uma cultura de paz, respeito e empatia.

“A linguagem que vai proporcionar uma boa acolhida, o modo com que você recebe alguém como você posta a sua voz, tudo isso. O atendimento começa no momento em que você se apresenta para aquela pessoa no momento em que você a recebe, então a linguagem é um instrumento de poder. É um instrumento de poder tanto quando eu estou falando, como quanto é escrito”

“E é da linguagem que perpassa tudo, por exemplo, até uma articulação de rede quando eu vou fazer uma boa articulação de rede, ela pressupõe um bom diálogo, um bom julgar a linguagem. “

“e eu sempre gosto de lembrar da Iamamoto, da nossa tecnologia que é a fala, principalmente em reuniões, a fala, a argumentação coesa, coerente e com base também em alguns documentos. [...] então nesse sentido eu tenho convencido muita gente, por incrível que pareça”

“me educar para entender esse outro e também o educar, porque a gente busca novas formas de atingir esse outro, formas talvez mais lúdicas, fáceis ou mais intuitivas para alcançar, e conseqüentemente alcançar esse público e formá-lo dentro dessa formação cidadã que a gente propõe.”

Profissionais que atuam com a comunidade externa apontam como fazer o uso da linguagem através da orientação dos usuários é essencial na construção da consciência destes, de forma que, ao esclarecer sobre direitos, possibilidades, atuação e atribuição de outros órgãos da rede, o usuário é munido de conhecimento e de instrumentos para cobrar do Estado a garantia de seus direitos. Além de ser possível, durante os atendimentos, elaborar orientações que possam elucidar ao usuário situações de violação de direitos que talvez este não compreenda, procurando relacionar essas situações - de violência, racismo, sexismo, LGBTQ+fobia, entre outras - de forma estrutural ao capitalismo. Utilizando dos mecanismos de linguagem e de comunicação para que se torne uma fala robusta teoricamente mas acessível à compreensão e apropriação dos usuários.

Já em uma atuação dentro da estrutura organizacional, em trabalhos ligados à comunidade interna do órgão - trabalhadores efetivos, comissionados, terceirizados, estagiários e jovens aprendizes -, há um esforço em promover palestras, oficinas, campanhas e atendimentos que sejam capazes de comunicar temáticas que dizem respeito não só a saúde e qualidade de vida no trabalho, mas também que formam e orientam os trabalhadores em seus pensamentos e valores, buscando formar pessoas que se comprometem com o respeito, a cidadania e dignidade humana.

Contudo, de forma mais específica, os setores voltados à saúde do trabalhador se dedicam, de forma interdisciplinar e multiprofissional ao acompanhamento de saúde dos servidores do órgão, abrangendo especialmente a tratativa de temáticas relativas a violência e assédio no, adoecimento com determinantes de saúde ligados ao trabalho, acompanhamento de servidores com deficiência. As/Os assistentes sociais desempenham um papel fundamental em ações de conscientização e prevenção de discriminação e violência no ambiente de trabalho, especialmente em instituições com uma comunidade de trabalhadores tão diversa e marcada por profundas desigualdades. Nesse contexto, é importante destacar a desigualdade de poder entre os diferentes vínculos profissionais, uma das principais fontes das violências no trabalho.

“Além dos atendimentos psicossociais a gente promove algumas palestras e oficinas. São sempre oficinas temáticas, dentro da temática da prevenção de todo tipo de preconceito dentro do ambiente, porque nós temos uma comunidade muito diversa [...] desigualdades intensas, a gente precisa estar sempre trabalhando para prevenção do assédio, do racismo, sexismo [...]”

Nesse sentido, relacionada ao instrumento da linguagem está a dimensão da observação, que é especialmente importante para construir análises e respostas profissionais. É possível relacionar essa temática com um desafio pontuado por algumas das assistentes sociais: a indefinição de um objeto de trabalho, sem atribuições específicas e privativas do serviço social. Por isso, a observação é crucial para que seja possível construir a atuação profissional do Serviço Social nessas instituições, já que

“Somente a partir de uma análise conjunta podemos ressignificar espaços, pensar coletivamente alternativas de enfrentamento, redescobrir potencialidades, associar experiências, buscar identificações, dar visibilidade às fragilidades para tentar superá-las, desvendar bloqueios, processos de alienação, revigorar energias, vínculos, potencial organizativo, reconhecer espaços de pertencimento constrói as respostas profissionais. “ (Prates, 2003 apud Portes; Portes, 2009, p. 29)

A observação e a construção coletiva são basilares para que o profissional consiga maturar o que já possui de conhecimento prévio sobre a atuação e as demandas apresentadas,

relacionando-as com a conjuntura atual de trabalho. É necessário considerar de que forma a instituição coloca essas demandas para o Serviço Social e como esse profissional pode, através da observação de outros profissionais e de uma análise de conjuntura mais ampla, juntamente com uma reflexão crítica sobre o aporte teórico da formação, estruturar intervenções que considerem as relações envolvidas, as repercussões e as múltiplas determinações dessas demandas. As atuações interdisciplinares e o trabalho em equipe também são ressaltados como importantes para uma atuação mais efetiva, mantendo o respeito a outros campos do conhecimento para que a demanda seja atendida em todas as suas especificidades.

A gente fala muito em articulação de rede e é muito importante. Fazemos articulação o tempo inteiro, todas as relações que a gente constroi são articulações de rede, então a gente precisa ter a habilidade de ir ali e construir com o outro setor. [...] esse olhar mais amplo pra totalidade e para ir incorporando e agregando os outros setores, agregando outras áreas para construir soluções conjuntas para aquilo que nos é demandado”

Nesse sentido, em espaços onde já há a presença de um/a assistente social por um período considerável de tempo, observar as decisões e reflexões do profissional com mais trajetória faz parte do cotidiano das novas profissionais, que passam a refletir conjuntamente sobre ações já estabelecidas, mas também trazem novas perspectivas de atuação.

Já em espaços completamente novos para a/o assistente social, a observação parte de um lugar de “desbravar” as possibilidades, considerando as aberturas, as competências do setor e as alternativas possíveis dentro da instituição. As profissionais que atuam em espaços que estão recebendo assistentes sociais pela primeira vez dão grande ênfase à observação como instrumento primordial no processo de conhecimento da instituição e do novo setor de atuação. Dessa forma, após um período de análise, torna-se possível propor uma atuação alinhada ao Projeto Ético-Político da profissão, sem deixar de contemplar as atribuições e os conhecimentos específicos que o setor demanda.

Essa temática da construção de uma atuação foi recorrente nas entrevistas, especialmente em espaços que estão recebendo os profissionais de forma recente, e mesmo nos espaços já recorrentes ou falta-se algumas definições mais claras sobre atribuições privativas ou os próprios processos de trabalho são constantemente tensionados com o objetivo de alinhá-los mais à direção da profissão. Tomaz (2023, p. 105) explica que

“[...] o conflito em relação ao trabalho profissional, no que diz respeito às competências e atribuições profissionais, põe-se exatamente nessa linha de tensão entre o que é requisitado pelas instituições às e aos assistentes sociais, e o que estes têm competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-interventiva para atender.”

Nesse ponto a discussão da autonomia relativa que possui a/o assistente social é extremamente válida, já que as instituições submetem o profissional a um contrato de trabalho com determinações institucionais relacionadas à sua atuação profissional, ou seja “parte destas determinações institucionais estão acima da escolha ou opção ideopolíticas das e dos profissionais. No entanto, estas não podem ser contrárias ao que determina o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão” (Tomaz, 2023, p. 106), portanto, as/os assistentes sociais têm autonomia técnica para dispor dos instrumentais técnico-operativos de seu cotidiano profissional (Tomaz, 2023).

Observa-se, então, um esforço das assistentes sociais em tornarem sua atuação mais robusta, com um escopo institucional bem estruturado e que possa deixar claro para os usuários, para o órgão e para os próprios profissionais as atribuições do Serviço Social no setor específico. Especialmente porque é bastante comum que os próprios usuários dos serviços não tenham uma visão clara do que se trata a atuação das/dos assistentes sociais e acabam demandando, em muitos casos, responsabilidades que não fazem parte do campo de atuação. Nesse contexto, destaca-se, além da definição concreta das atribuições, a relevância de comunicar e compartilhar essa construção de maneira eficaz com os usuários dos serviços, promovendo transparência nas ações e garantindo que eles tenham pleno acesso a essas informações.

“[...] algo que acontece muito na nossa prática: o que a gente observa é que as pessoas, muitas vezes, têm certa expectativa no nosso serviço que, às vezes, a gente também não consegue garantir, pois não está dentro do escopo do serviço”

Existe, no legislativo, associado ao caráter extremamente político dos órgãos, que acaba por definir muito as direções e atuações profissionais, uma contradição nas atuações relativas à saúde do trabalhador que se trata de algo muito peculiar e particular da sociedade capitalista: o profissional de serviço social é demandado a lidar e prestar assistência à trabalhadores adoecidos pelo trabalho de forma que estes possam voltar a ser produtivos.

“A gente lida com o adoecimento das pessoas relacionado ao trabalho e a gente vive em uma sociedade capitalista em que a gente precisa fazer essa pessoa voltar ao trabalho. Então a moral capitalista é a moral do trabalho, da ativação para o

trabalho o tempo inteiro, então mesmo que a gente faça uma assistência psicossocial para esse servidor adoecido, cujos determinantes da saúde são vinculados ao trabalho, eu preciso que esse corpo esteja produtivo. A contradição está logo de cara, e fica muito evidente quando a gente pensa que dentro dessa estrutura nós adoecemos mas precisamos continuar produzindo e trabalhando, e acaba que o nosso trabalho se insere nesse limite de estar entre o acolhimento dessa doença mas o mesmo tempo de fornecer ferramentas para que essa pessoa volte ao trabalho.”

As profissionais destacam que alguns setores são mais estratégicos para a atuação do Serviço Social, especialmente no fortalecimento direto das políticas sociais. Elas consideram a formação teórica dos profissionais essencial para a compreensão dos processos envolvidos na implementação e gestão dessas políticas.

O que se observa é que os espaços do legislativo são diversos quanto às possibilidades de atuação do Serviço Social, e que os profissionais estão no processo de construção e consolidação de suas atribuições, compreendendo os limites institucionais e burocráticos sem deixar de lado uma perspectiva ampliada de atuar no sentido do fortalecimento de valores éticos previstos pela profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Localizar o Serviço Social na história, e especificamente no Brasil, implica entender o estágio do desenvolvimento capitalista, levando em conta de que forma se deu essa estruturação que trouxe ao país a condição de uma nação de capitalismo tardio e dependente. E as características de uma sociedade construída através da escravização, da violência, do autoritarismo, de práticas coronelistas e clientelistas marcaram de forma profunda as relações sociais e as instituições públicas que, ligadas ao Estado, são perpassadas pelas contradições de classes e interesses, considerando que o Estado não é neutro, mas assume medidas necessárias para o desenvolvimento das relações capitalistas e privadas, ao mesmo tempo que absorve demandas populares como forma de mediar os antagonismos de classe.

Nesse sentido observa-se que o campo do Legislativo se difere em vários aspectos dos outros Poderes, especialmente por ser profundamente influenciado e afetado pela política, enquanto os outros Poderes, apesar de também receberem esta influência, se mantêm de forma mais técnica e burocrática. Sendo assim, o papel do Legislativo possui uma característica contraditória, pois, enquanto as casas legislativas deveriam ser um reflexo das demandas populares, em muitos casos elas atuaram como apoiadoras de um modelo que beneficia as elites econômicas, o que levanta questões sobre a real representatividade do Legislativo frente aos interesses populares, especialmente em um contexto neoliberal. Portanto, ao pensar na categoria Estado, o Poder Legislativo expressa uma contradição em suas funções: por um lado, ele se configura como um importante canalizador das demandas da sociedade para o Estado, representando os interesses populares; por outro, exerce a função de fiscalizador das políticas públicas, o que implica também em assegurar que essas políticas não comprometam a ordem estabelecida.

Em razão disso, ao considerarmos as profundas contradições existentes na sociedade capitalista que se refletem também em suas instituições, é importante reforçar como a profissão de Serviço Social é fortemente amparada por seu Projeto Ético-Político, sendo necessária uma atuação crítica capaz de compreender as implicações políticas e contradições que se revelam nas demandas institucionais. Especialmente através da dimensão teórico-metodológica o profissional consegue interpretar as demandas de maneira mais complexa e completa, articulando a especificidade da situação com elementos estruturais do sistema capitalista, ou seja, consegue

articular conceitos e teorias com a realidade tangível, compreendendo os processos que culminaram na construção da demanda.

Portanto, ao ocupar espaços sócio-ocupacionais no âmbito do Estado e de forma mais específica no Poder Legislativo, as/os assistentes sociais enfrentam contradições e desafios relativos às instituições fortemente politizadas e com recentes espaços para esses profissionais, ampliando os desafios em construir e consolidar uma atuação que vá de encontro aos valores e princípios da profissão. Esses são importantes espaços de decisão em que a presença de um/a assistente social propositivo, crítico e comprometido com a ampliação de direitos é essencial para a consolidação de políticas sociais que vão de encontro às reais necessidades da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia**. Tradução de Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2006.

ALVES, Gláucia Lelis. **Trabalho e alienação na sociedade burguesa**. Emancipação, Ponta Grossa, 9 (1): 27-37, 2009. Disponível em <<http://www.uepg.br/emancipacao>>.

BARBOZA, Douglas Ribeiro. **Modernização capitalista e “democracia vulgar” na particularidade da formação histórica brasileira**. Brasília: SER Social, v.17, n.36, p. 31-48. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/issue/view/1205. Acesso em 10 nov. 2024

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Editais do concurso público nº 81**, de maio. 1992. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/editais-1992.pdf>. Acesso em: 9 dez 2024.

BRASIL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Editais do concurso público nº 01**, 2005. Disponível em: http://www.cespe.unb.br/concursos/_antigos/2005/CAMARADF2005/. Acesso em: 9 dez 2024.

BRASIL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Editais do concurso público nº 01**, 2018. Disponível em: <https://www.concursosfcc.com.br/concursos/caldf118/index.html> Acesso em: 9 dez 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Editais do concurso público nº 02**, de dezembro. 2012. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/transparencia/rh/concursos/pdf/2012>. Acesso em: 9 dez 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Editais do concurso público nº 01**, de agosto. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/08/23/editais-no-1-de-22-de-agosto-de-2022.pdf>. Acesso em: 9 dez 2024.

BRANDÃO, Thiago Bazi. **Burocracia e Serviço Social: uma ameaça ao projeto ético-político da profissão**. Brasília: Repositório Institucional da UnB, 2007.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 9ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

CLDF. **Sobre a CLDF**. 2024. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/sobre-a-cldf>. Acesso em: 19 out. 2024.

COSTA, Francilene Soares de Medeiros. **Instrumentalidade do Serviço Social: Dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e exercício profissional**. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

DA SILVA, Roberta Teodorico Ferreira et al. **Políticas Sociais no Brasil: do neoliberalismo ao governo Temer**. 2017. In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2017, São Luís. Anais Eletrônicos, São Luís.

DE PAULA, Luciana Gonçalves Pereira. **A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais**. In: Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais/ Claudio H. M. Horst; Talita Freire M. Anacleto; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). – Belo Horizonte: CRESS, 2023.

Eric, Williams. **Capitalismo e escravidão**. Tradução de Denise Bottmann. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FARAGE, Eblin. **A conjuntura e o trabalho de assistentes sociais: elementos para a construção da análise de conjuntura no cotidiano profissional**. In: Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais/ Claudio H. M. Horst; Talita Freire M. Anacleto; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). – Belo Horizonte: CRESS, 2023.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela et al. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. São Paulo: Cortez, 2009. p. 341-375.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil**. Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea, [S. l.], v. 21, p. 117–140, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/93>. Acesso em: 25 out. 2024.

IASI, Mauro Luís. A Maldição e a Emancipação do Trabalho (Ou como a Humanidade Dançou e Como Ela Pode Dançar). In: ***Sociabilidade Burguesa e Serviço Social***. Organizadores: José Fernando Siqueira da Silva, Raquel dos Santos Sant'Ana, Edvânia Ângela de Souza Lourenço. – 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013

LESSA, Sérgio. **O processo de produção/ reprodução social: Trabalho e sociabilidade**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo: 7 Básico: CEAD: UNB, 1999.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos de dialéctica marxista**. Lisboa: publicações escorpião, 1974.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

LUZ, Rodrigo Barbosa da. **A institucionalização da Câmara Legislativa do Distrito Federal**. 2013.

TEIXEIRA, Laís Vila Verde; BEZERRA, Mayara Simon; PIANA, Maria Cristina. **Categoria Trabalho: De sua ontologia ao sistema capitalista**.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. **Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula**. Revista Katálysis, v. 10, p. 15-23, 2007

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Editora Boitempo, 2005 .

NAPOLITANO, Marcos. **1964 : História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo : Contexto, 2014.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social [livro eletrônico] : uma análise do serviço social no Brasil pós 64**. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2017.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de; VAZQUEZ, Daniel Arias. **Florestan Fernandes e o capitalismo dependente: elementos para a interpretação do Brasil**. Rio de Janeiro: Oikos, v. 9, n. 1, p. 137-160, 2010.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos>. Acesso em: 20 out. 2024.

PEREIRA, Camila Potyara. **Nova Direita, Capitalismo Digital e Política Social**. In: Políticas educacionais: Resistência e retomada da democracia e do Estado. Organização: Carina Elisabeth Maciel, Natalia Duarte e Romilson Siqueira [Meio Eletrônico], Anpae, Brasília, DF, 2023.

PORTES, Lorena Ferreira; PORTES, Melissa Ferreira. A observação e a abordagem no exercício profissional: revistando a dimensão técnico-operativa no serviço social. **Cadernos da Escola de Educação e Humanidades**, v. 1, n. 4, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

RAICHELIS, Raquel. **O trabalho do assistente social na esfera estatal**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. São Paulo: Cortez, 2009. p. 377-391.

RUBIATTI, Bruno de Castro. **O Senado no governo Bolsonaro (2019-2022): entre o conflito e a cooperação**. Boletim Lua Nova, 28 nov. de 2023. Disponível em: <https://boletimluanova.org/o-senado-no-governo-bolsonaro-entre-o-conflito-e-a-cooperacao/>. Acesso em 6 jan. de 2024.

SENADO FEDERAL. **180 anos do Senado Brasileiro: Roteiro pela história do Senado no Brasil e no Mundo**. 2024. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496486/00821470.pdf?sequence=1>. Acesso em 11 nov. 2024.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. Editora Companhia das Letras, 2012.

TONET, Ivo. A propósito de “Glosas Críticas”. **São Paulo: Expressão Popular**, 2010.

TOMAZ, Cristiane. **As atribuições e competências profissionais das e dos assistentes sociais**. In: Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais/ Claudio H. M. Horst; Talita Freire M. Anacleto; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). – Belo Horizonte: CRESS, 2023.